

Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996

DOE de 26.12.96

Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, instituído pela [Lei nº 7.547](#), de 27 de janeiro de 1989, passa a reger-se pelo disposto nesta Lei.

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 2º O imposto tem como fato gerador:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

NOTA:

transporte aéreo – [ADIN nº 1.600-8, D.J.U. de 20.06.2003](#)

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;

VI - o recebimento de mercadorias, destinadas a consumo ou integração ao ativo permanente, oriundas de outra unidade da Federação;

VII - a utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado ou no Distrito Federal e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente.

Parágrafo único. O imposto incide também:

I - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

I - sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a finalidade;

I - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

I - sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento;

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território do Estado, em operação interestadual, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

Art. 3º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

SEÇÃO II DO MOMENTO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR

Art. 4º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, neste Estado;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - da prestação onerosa de serviço de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

IX - do desembaraço aduaneiro dos bens ou mercadorias importados do exterior;

IX - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

IX - do desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior;

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

XI - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias importadas do exterior apreendidas ou abandonadas;

XII - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

XII - da entrada, no território do Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado ou do Distrito Federal, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;

XII - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

XII - da entrada, no território do Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outro Estado ou do Distrito Federal, quando não destinados à comercialização;

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado ou no Distrito Federal e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente;

XIV - na entrada, no estabelecimento do contribuinte, de mercadoria oriunda de outro Estado ou do Distrito Federal, destinada a consumo ou ao ativo permanente.

§ 1º Na hipótese do inciso VII, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário.

§ 2º Considera-se também ocorrido o fato gerador no consumo, ou na integração ao ativo permanente, de mercadoria oriunda de outra Unidade da Federação, adquirida para comercialização ou industrialização.

§ 3º - ACRESCIDO - Art. 2º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

§ 3º Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário no regulamento, exigir a comprovação do pagamento do imposto.

SEÇÃO III DO LOCAL DA OPERAÇÃO OU DA PRESTAÇÃO

Art. 5º O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

a) onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado;

d) importado do exterior, o do estabelecimento onde ocorrer a entrada física;

e) importado do exterior, o do domicílio do adquirente, quando não estabelecido;

“f” - ALTERADA -Art. 3º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados;

“f” - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

f) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria importada do exterior e apreendida;

g) o do estabelecimento adquirente, inclusive de consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização;

h) onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

i) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde tenha início a prestação;

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea, como dispuser a legislação tributária;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso [XIII do art. 4º](#) e para os efeitos do [§ 4º do art. 10](#);

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação e recepção ;

b) o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão ou assemelhados com que o serviço é pago;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso [XIII do art. 4º](#) e para os efeitos previstos no [§ 4º do art. 10](#);

“d” - ACRESCIDO -Art. 2º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

d) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;

“e” - RENUMERADO a alínea “d” - Art. 2º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

e) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário.

§ 1º O disposto na alínea “c” do inciso I não se aplica às mercadorias recebidas em regime de depósito de

contribuinte estabelecido em outro Estado ou no Distrito Federal.

§ 2º Para os efeitos da alínea “h” do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 3º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 4º - ACRESCIDO -Art. 2º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

§ 4º Na hipótese do inciso III do “caput”, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador e o tomador.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

§ 1º Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

§ 2º É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

§ 3º Considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante ou na captura de pescado.

§ 4º Considera-se extensão do estabelecimento o veículo utilizado em vendas fora do estabelecimento.

§ 5º Respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

SEÇÃO IV DA NÃO-INCIDÊNCIA

Art. 7º O imposto não incide sobre:

- I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;
- II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;
- III - operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;
- IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;
- V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;
- VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

Xº - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.346/05](#) - Efeitos a partir de 18.04.05:

X - operações efetuadas por cooperativas, sem fins lucrativos, na comercialização de produtos recicláveis.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive “tradings” ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

NOTA:

Vide art. 8º da Lei nº [12.567/03](#).

CAPÍTULO II DO SUJEITO PASSIVO

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 8º Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único - mantidos seus incisos - ALTERADO - Art. 1º, III, da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

Parágrafo único - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:

I - ALTERADO - Art. 1º, III, da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

I - importe bens ou mercadorias do exterior qualquer que seja a sua finalidade;

I - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

I - importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento;

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - ALTERADO - Art. 1º, III, da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

III - adquira em licitação bens ou mercadorias apreendidos ou abandonados; e

III - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

III - adquira em licitação mercadorias apreendidas ou abandonadas;

IV - ALTERADO - Art. 3º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

IV - adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado ou do Distrito Federal, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

IV - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

IV - adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outro Estado ou do Distrito Federal, quando não destinados à comercialização.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 9º São responsáveis pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais:

I - os armazéns gerais e os depositários a qualquer título:

a) nas saídas ou transmissões de propriedade de mercadorias depositadas por contribuintes de outro Estado ou do Distrito Federal;

b) quando receberem para depósito ou derem saída a mercadorias não acompanhadas de documentação fiscal idônea;

II - os transportadores:

a) em relação às mercadorias que estiverem transportando sem documento fiscal ou com via diversa da exigida para acompanhar o transporte, nos termos da legislação aplicável;

b) em relação às mercadorias que faltarem ou excederem às quantidades descritas no documento fiscal, quando a comprovação for possível sem a violação dos volumes transportados;

c) em relação às mercadorias que forem entregues a destinatário diverso do indicado no documento fiscal;

d) em relação às mercadorias provenientes de outro Estado ou do Distrito Federal para entrega a destinatário incerto em território catarinense;

e) em relação às mercadorias que forem negociadas em território catarinense durante o transporte;

f) em relação às mercadorias procedentes de outro Estado ou do Distrito Federal sem o comprovante de pagamento do imposto, quando este for devido por ocasião do ingresso da mercadoria em território catarinense;

g) em relação ao transporte de mercadoria diversa da descrita no documento fiscal, quando a comprovação for possível sem a violação dos volumes transportados ou quando a identificação da mercadoria independa de classificação;

h) em relação às mercadorias transportadas antes do início ou após o término do prazo de validade ou de emissão, para fins de transporte, do documento fiscal;

III - solidariamente com o contribuinte:

a) os despachantes aduaneiros que tenham promovido o despacho de mercadorias estrangeiras saídas da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

“b” - ALTERADO - Art. 16 da [Lei nº 10.789/98](#) - Efeitos a partir de 03.07.98:

b) os encarregados pelos estabelecimentos dos órgãos da administração pública, entidades da administração indireta e fundações instituídas e mantidas pelo poder público que autorizarem a saída ou alienação de mercadorias ou a prestação de serviços de transporte ou de comunicação;

“b” - Redação original vigente de 01.01.97 a 02.07.98:

b) os órgãos da administração pública, entidades da administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público que autorizarem a saída ou alienação de mercadorias ou a prestação de serviços de transporte ou de comunicação;

c) as pessoas cujos atos ou omissões concorrerem para o não-recolhimento do tributo ou para o descumprimento de obrigações tributárias acessórias;

d) os organizadores de feiras, feirões, exposições ou eventos congêneres, quanto ao crédito tributário decorrente de operações ou prestações realizadas durante tais eventos;

“e” - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

e) quem desenvolver, produzir, fornecer ou instalar equipamento, dispositivo ou software que impeça o registro ou altere o valor da base de cálculo, da alíquota ou de outros elementos essenciais para a apuração do imposto relativas a operações e prestações registradas em sistema de processamento de dados, de modo a suprimir ou reduzir tributo;

“e” - Redação ACRESCIDA - Art. 2º da [Lei nº 11.308/99](#) – vigente de 28.12.99 a 06.12.09:

e) quem fornecer ou instalar “software” ou dispositivo que possa alterar o valor das operações registradas em sistema de processamento de dados de modo a suprimir ou reduzir tributo;

IV - os representantes e mandatários, em relação às operações ou prestações realizadas por seu intermédio;

V - ALTERADO - Art. 2º da [Lei nº 10.757/98](#) - Efeitos a partir de 01.07.98:

V - qualquer contribuinte, quanto ao imposto devido em operação ou prestação anterior promovida por pessoa não inscrita ou por produtor rural regularmente cadastrado no registro sumário de produtores agropecuários e por pescadores artesanais do Estado;

V - Redação original vigente de 01.01.97 a 30.06.98:

V - qualquer contribuinte, quanto ao imposto devido em operação ou prestação anterior promovida por pessoa não inscrita;

VI - qualquer possuidor, em relação às mercadorias cuja posse mantiver para fins de comercialização ou industrialização, desacompanhadas de documentação fiscal idônea;

VII - o leiloeiro, em relação às mercadorias que vender por conta alheia;

VIII - o substituto tributário, nas hipóteses previstas no [art. 37](#).

CAPÍTULO III DO CÁLCULO DO IMPOSTO

SEÇÃO I DA BASE DE CÁLCULO

Art. 10. A base de cálculo do imposto é:

I - na saída de mercadoria prevista nos incisos [I](#), [III](#) e [IV](#) do [art. 4º](#), o valor da operação;

II - na hipótese do inciso [II do art. 4º](#), o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso [VIII do art. 4º](#):

a) o valor da operação, na hipótese da alínea "a";

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea "b";

V - na hipótese do inciso [IX do art. 4º](#), a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação;

b) o imposto de importação;

c) o imposto sobre produtos industrializados;

d) o imposto sobre operações de câmbio;

"e" - ALTERADA - Art. 4º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas devidas às repartições alfandegárias;

"e" - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

e) quaisquer outras despesas devidas às repartições alfandegárias;

"f" - ACRESCIDA - Art. 1º, IV, da [Lei nº 12.498/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

f) o montante do próprio imposto.

VI - na hipótese do inciso [X do art. 4º](#), o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII - no caso do inciso [XI do art. 4º](#), o valor da operação acrescido dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII - na hipótese do inciso [XII do art. 4º](#), o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX - na hipótese do inciso [XIII](#) e [XIV do art. 4º](#), o valor da prestação ou da operação no Estado de origem ou no Distrito Federal;

X - no caso do imposto devido antecipadamente por vendedor ambulante ou por ocasião da entrada no Estado de mercadoria destinada a contribuinte de inscrição temporária, sem inscrição ou sem destinatário certo, o valor da mercadoria acrescido de margem de lucro definida em regulamento.

§ 1º No caso do inciso III, não será exigido o imposto do transportador quando a mercadoria transportada estiver sujeita à substituição tributária e o frete integrar a sua base de cálculo, salvo nas operações interestaduais em que o tomador do serviço for o destinatário da mercadoria, na forma e nas hipóteses previstas em regulamento.

§ 2º No caso do inciso V, o preço de importação, expresso em moeda estrangeira, será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

§ 3º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, se for o caso, o preço declarado será substituído pelo valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável.

§ 4º No caso do inciso IX, o imposto a recolher será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 5º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, quando a mercadoria entrar no estabelecimento para fins de industrialização ou comercialização, sendo, após, destinada para consumo ou ativo fixo do estabelecimento, acrescentar-se-á, na base de cálculo, o valor do imposto sobre produtos industrializados cobrado na operação de que decorreu a entrada.

Art. 11. Integra a base de cálculo do imposto:

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

Art. 12. Não integra a base de cálculo do imposto:

I - o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador dos dois impostos;

II - os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo a consumidor final.

III - ACRESCIDO -Art. 7º da [Lei nº 15.510/11](#) - Efeitos a partir de 26.07.11:

III - as bonificações em mercadorias.

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o inciso II não poderá resultar em valor tributável inferior ao da entrada da mercadoria no estabelecimento, acrescido de percentual de margem de lucro bruto previsto em regulamento, o qual estabelecerá a forma de controle da base de cálculo mínima em cada operação.

Art. 13. Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado ou no Distrito Federal, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

Art. 14. Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 15. Na falta do valor a que se referem os [incisos I](#) e [VIII do art. 10](#), a base de cálculo do imposto é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de seu similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia elétrica;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

§ 1º Para aplicação dos incisos II e III do “caput”, adotar-se-á:

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de seu similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese do inciso III do “caput”, caso o estabelecimento remetente não efetue vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda corrente no varejo.

Art. 16. Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço, no local da prestação.

Art. 17. Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da outra;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III - uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

Art. 18. Sempre que forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, a base de cálculo do imposto será arbitrada pela autoridade fiscal, na forma prevista no regulamento.

§ 1º Para o arbitramento a que se refere este artigo, a autoridade fiscal valer-se-á dos elementos e dados que possa colher junto:

I - a contribuintes que promovam operações ou prestações semelhantes;

II - ao próprio sujeito passivo, relativamente a operações ou prestações realizadas em períodos anteriores;

III - a outras fontes previstas em regulamento.

§ 2º Fica assegurada ao contribuinte, em reclamação administrativa, avaliação contraditória do valor arbitrado.

§ 3º A Secretaria da Fazenda expedirá pauta fiscal cujos valores poderão ser utilizados nas hipóteses e para os fins previstos neste artigo.

SEÇÃO II DAS ALÍQUOTAS

Art. 19. As alíquotas do imposto, nas operações e prestações internas e interestaduais, inclusive na entrada de mercadoria importada e nos casos de serviços iniciados ou prestados no exterior, são:

I - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

I - 17% (dezesete por cento), salvo quanto às mercadorias e serviços relacionados nos incisos II a IV; .

I - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

I - 17% (dezesete por cento), salvo quanto às mercadorias e serviços relacionados nos incisos II e III;

II - 25% (vinte e cinco por cento) nos seguintes casos:

- a) operações com energia elétrica;
- b) operações com os produtos supérfluos relacionados na [Seção I do Anexo Único](#) desta Lei;
- c) prestações de serviços de comunicação;
- d) operações com gasolina automotiva e álcool carburante;

III - 12% (doze por cento) nos seguintes casos:

“a” e “b” – ALTERADOS – Art. 15 da [Lei 15.856/12](#) - Efeitos a partir de 01.01.13 ([art. 26](#)):

a) operações com energia elétrica de consumo domiciliar, até os primeiros 150 kWh (cento e cinquenta quilowatts-hora);

b) operações com energia elétrica destinada a produtor rural e cooperativas rurais redistribuidoras, na parte que não exceder a 500 kWh (quinhentos quilowatts-hora) mensais por produtor rural;

“a” e “b” - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.12:

a) operações com energia elétrica de consumo domiciliar, até os primeiros 150 Kw (cento e cinquenta quilowatts);

b) operações com energia elétrica destinada a produtor rural e cooperativas rurais redistribuidoras, na parte que não exceder a 500 Kw (quinhentos quilowatts) mensais por produtor rural;

- c) prestações de serviços de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário de passageiros;
- d) mercadorias de consumo popular, relacionadas na [Seção II do Anexo Único](#) desta Lei;
- e) produtos primários, em estado natural, relacionados na [Seção III do Anexo Único](#) desta Lei;
- f) veículos automotores, relacionados na [Seção IV do Anexo Único](#) desta Lei;
- g) óleo diesel;
- h) coque de carvão mineral.

“i” a “l” - ACRESCIDAS - Art. 8º da [Lei nº 13.742/06](#) - Efeitos a partir de 02.05.06:

i) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, 6910.10.00 e 6910.90.00;

j) ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento, classificados segundo a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH nas posições 6907 e 6908;

l) blocos de concreto, telhas e lajes planas pré-fabricadas, painéis de lajes, pré-lajes e pré-moldados, classificados, segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, respectivamente, nos códigos 6810.11.00, 6810.19.00, 6810.91.00 e 6810.99.00. (NR)

“m” - ACRESCIDA - Art. 1º da [Lei nº 13.841/06](#) - Efeitos a partir de 01.10.06:

m) mercadorias integrantes da cesta básica da construção civil, relacionadas [na Seção VI do Anexo Único](#) desta Lei. (NR)

NOTA:

[V. art 8º da Lei nº 13.841/06](#)

IV - ACRESCIDO - Art. 5º da [Lei nº 13.437/05](#) - Efeitos a partir de 15.07.05:

IV - 7% (sete por cento) nas prestações de serviços de comunicação destinadas a empreendimentos enquadrados no [Programa de Fomento às Empresas Prestadoras de Serviço de “Telemarketing”](#).

§ 1º - RENUMERADO o Parágrafo único - Art. 1º da [Lei nº 13.841/06](#) - Efeitos a partir de 01.10.06:

§ 1º O Poder Executivo poderá reduzir temporariamente a alíquota prevista no inciso II para até 17% (dezessete por cento):

I - por prazo certo, tendo por limite o exercício financeiro em que foi concedida a redução;

II - levando em conta as alíquotas vigentes nos demais Estados da região Sul para idênticas operações ou prestações.

§ 2º - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.841/06](#) - Efeitos a partir de 01.10.06:

§ 2º Fica assegurada às mercadorias constantes da [Seção VI do Anexo Único](#) da Lei nº 10.297, de 1996, já sujeitas à alíquota inferior a 12% (doze por cento), a manutenção das alíquotas estabelecidas por força de convênio celebrado no âmbito do CONFAZ. (NR)

Art. 20. Nas operações e prestações interestaduais que destinem mercadorias ou serviços a contribuintes do imposto, as alíquotas do imposto são:

I - 12% (doze por cento), quando o destinatário estiver localizado nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo;

II - 7% (sete por cento), quando o destinatário estiver localizado nos demais Estados e no Distrito Federal.

III – ACRESCIDO – Art. 15 da [Lei 15.856/12](#) - Efeitos a partir de 01.01.13 ([art. 26](#)):

III - 4% (quatro por cento), nas operações com bens e mercadorias importados do exterior que, após seu desembaraço aduaneiro:

a) não tenham sido submetidos a processo de industrialização;

b) ainda que submetidos a qualquer processo de transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento, resultem em mercadorias ou bens com Conteúdo de Importação superior a 40% (quarenta por cento).

§ 1º O Conteúdo de Importação a que se refere o inciso III é o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria ou bem, observadas as normas baixadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para fins de definição dos critérios e procedimentos a serem observados no processo de Certificação de Conteúdo de Importação (CCI).

§ 2º Não se aplica a alíquota prevista no inciso III deste artigo:

I - aos bens e mercadorias importados do exterior que não tenham similar nacional, definidos em lista editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex);

II - aos bens produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o [Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967](#), e as [Leis federais nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#), [nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#), [nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001](#), e [nº 11.484, de 31 de maio de 2007](#); e

III - às operações que destinem gás natural importado do exterior a outros Estados.

NOTAS:

4. Ver Art. 39 da [Lei 10.789/98](#)

3. A Resolução do Senado Federal nº 95, de 13.12.96 - D.O.U. de 16.12.96, fixou a alíquota de 4% (quatro por cento) na prestação de transporte aéreo interestadual de passageiros, carga e mala postal, com efeitos a partir de 01.01.97.

2. Transporte aéreo, ADIN nº 1.601-6, D.J.U 19.12.2001.

1. A COPAT, ao apreciar a Consulta nº 44/05, assim dispôs sobre a alíquota do ICMS na prestação de serviço de transporte aéreo:

EMENTA: ICMS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS E CARGA.

(...)

O TRANSPORTE AÉREO DE CARGA ESTÁ SUJEITO À ALÍQUOTA DE 12%, NAS PRESTAÇÕES INTERNAS, E DE 4%, NAS PRESTAÇÕES INTERESTADUAIS, QUANDO TOMADO POR CONTRIBUINTE DO IMPOSTO. NO CASO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, A ADI 1.600 AFASTOU A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO, CASO EM QUE OS CRÉDITOS CORRESPONDENTES DEVEM SER EXTORNADOS PROPORCIONALMENTE.

CAPÍTULO IV DA NÃO-CUMULATIVIDADE DO IMPOSTO

SEÇÃO I

DA COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 21. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este ou por outro Estado ou pelo Distrito Federal.

SEÇÃO II DO CRÉDITO

Art. 22. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º - **ALTERADO** - Art. 4º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

§ 1º Para efeito do disposto no “caput”, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I - a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II - em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

III - para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV - o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, “pro rata die”, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V - na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data da sua entrada no estabelecimento, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

VI - serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e [no art. 21](#), em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e

VII - ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

NOTAS:

1. V. art. 5º da [Lei nº 14.267/07](#).

2. Requisitos previstos no art. 2º, incisos II a IV da [Lei nº 14.267/07](#):

II - não possua, a qualquer título, ou seja, proprietário, de área superior a 50 hectares;

III - explore a terra na condição de proprietário, assentado, comodatário, posseiro, arrendatário, parceiro ou condômino;

IV - utilize unicamente o trabalho familiar;

§ 1º - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

§ 1º Além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no anterior, os créditos resultantes de operações de que decorra entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente serão objeto de outro lançamento, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto no art. 30, § 5º, 7º e 8º.

§ 2º Operações tributadas posteriores às saídas de que trata o [art. 28](#) dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a produtos agropecuários, na forma prevista em regulamento.

Art. 23 - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 11.846/01](#) - Efeitos a partir de 23.07.01:

Art. 23. O crédito será apropriado proporcionalmente, nos casos em que a operação ou prestação subsequente for beneficiada por redução de base de cálculo, na forma prevista na legislação tributária.

Art. 23 - Redação original vigente de 01.01.97 a 22.07.01:

Art. 23. O crédito será apropriado proporcionalmente, nos casos em que a operação ou prestação subsequente for beneficiada por redução da base de cálculo, na forma prevista na legislação tributária, exceto

em relação às mercadorias de consumo popular (Seção II do Anexo Único) produzidas no Estado, as quais farão jus ao crédito integral.

Art. 24. O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Art. 25. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

Art. 26. O contribuinte, independentemente de prévia autorização do Fisco, poderá creditar-se do imposto indevidamente pago, em virtude de erro de fato, ocorrido na escrituração dos livros fiscais ou no preenchimento de documento de arrecadação, observado o disposto no regulamento.

NOTAS:

1 – V. Arts. 1º a 6º da [Lei nº 13.790/06](#), que institui o PRÓ-CARGAS/SC.

2 – V. art. 2º da [Lei nº 13.633/05](#) - Altera FUNDOSOCIAL

3 – V. §§ 2º a 4º do Art. 8º da [Lei nº 13.334/05](#) - FUNDOSOCIAL

4 – V. Art. 8º da [Lei nº 13.336/05](#) – FUNCULTURAL, FUNTURISMO e FUNDESPORTE

SEÇÃO III DA VEDAÇÃO AO CRÉDITO

Art. 27. Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

Art. 28. Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, é vedado o crédito relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for isenta ou não-tributada, exceto quando se tratar de saída para o exterior;

II - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente for isenta ou não-tributada, exceto se destinada ao exterior.

Art. 29. Fica vedado o aproveitamento de crédito, ainda que destacado em documento fiscal, concedido por outra Unidade da Federação em desacordo com o disposto na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal.

SEÇÃO IV DO ESTORNO DE CRÉDITO

Art. 30. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

I - for objeto de saída ou prestação de serviço isenta ou não-tributada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço;

II - for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante for isenta ou não-tributada, sendo esta circunstância imprevisível por ocasião da sua entrada;

III - vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV - vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

§ 1º - REVOGADO - Art. 5º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

1º - REVOGADO.

§ 1º - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

§ 1º Devem ser também estornados os créditos referentes a bens do ativo permanente alienados antes de decorrido o prazo de cinco anos contados da data da sua aquisição, hipótese em que o estorno será de 20% (vinte por cento) por ano ou fração que faltar para completar o quinquênio.

§ 2º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

§ 3º O não-creditamento ou o estorno a que se referem o [art. 28](#) e o “caput” deste artigo não impedem a utilização dos mesmos créditos em operações posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria, nas hipóteses previstas em regulamento.

§§ 4º a 9º - REVOGADOS - Art. 5º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

§§ 4º a 9º - REVOGADOS.

§§ 4º a 9º - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

§ 4º Em qualquer período de apuração do imposto, se bens do ativo permanente forem utilizados para produção ou comercialização de mercadorias cuja saída resulte de operações isentas ou não tributadas ou para prestação de serviços isentos ou não tributados, haverá estorno dos créditos escriturados conforme o § 1º do art. 22.

§ 5º Em cada período de apuração, o montante do estorno previsto no parágrafo anterior será o que se obtiver multiplicando-se o respectivo crédito pelo fator igual a um sessenta avos da relação entre a soma das saídas e prestações isentas e não tributadas e o total das saídas e prestações no mesmo período.

§ 6º Para o efeito previsto no parágrafo anterior, as saídas e prestações com destino ao exterior equiparam-se às tributadas.

§ 7º O quociente de um sessenta avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, “pro rata die”, caso o período de apuração for superior ou inferior a um mês.

§ 8º O montante que resultar da aplicação dos §§ 4º, 5º e 7º deste artigo será lançado no livro próprio como estorno de crédito.

§ 9º Ao fim do quinto ano contado da data do lançamento a que se refere o § 1º do art. 22, o saldo remanescente do crédito será cancelado de modo a não mais ocasionar estornos.

SEÇÃO V DA TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS

Art. 31. Saldos credores acumulados por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o [art. 7º, inciso II](#), e seu parágrafo único, poderão, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento, ser transferidos, na forma prevista em regulamento:

I - a qualquer estabelecimento do mesmo titular, neste Estado;

II - havendo saldo remanescente, a outros contribuintes deste Estado, mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito.

§ 1º - ALTERADO - Art. 2º da [Lei nº 11.846/01](#) - Efeitos a partir de 23.07.01:

§ 1º Poderão ainda ser transferidos outros saldos credores acumulados, observando o disposto neste artigo e nas hipóteses prevista em regulamento.

§ 1º - Redação dada pelo Art. 17 da [Lei nº 10.789/98](#) - Veto Derrubado D.O.E. de 23.07.98 - Vigente de 03.07.98 a 22.07.01:

§ 1º Poderão também ser transferidos outros saldos credores acumulados, considerando-se como tais os adquiridos por empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário, sujeitas ao regime de substituição tributária, observado o disposto neste artigo, no art. 25 desta Lei e nas hipóteses previstas em regulamento, ainda que para pagamento de créditos tributários, próprios ou de terceiro contribuinte, constituídos de ofício, lançados ou informados em GIA.

§ 1º - Redação original vigente de 01.01.97 a 02.07.98:

§ 1º Poderão ainda ser transferidos outros saldos credores acumulados, observado o disposto neste artigo e nas hipóteses previstas em regulamento.

§ 2º - ALTERADO – Art. 1º da [Lei nº 14.605/08](#) – Conversão da [MP 147/08](#) – Efeitos a partir de 11.12.08:

§ 2º Consideram-se acumulados, para os fins deste artigo, os saldos credores decorrentes de manutenção expressamente autorizada de créditos fiscais relativos a operações ou prestações subsequentes isentas ou não-tributadas e de diferimento.

§ 2º - Redação original vigente de 01.01.97 a 10.12.08:

§ 2º Consideram-se acumulados, para os fins deste artigo, os saldos credores decorrentes de manutenção expressamente autorizada de créditos fiscais relativos a operações ou prestações subsequentes isentas ou não-tributadas.

NOTA:

V. art. 13 da [Lei nº 13.334/05](#) – FUNDOSOCIAL.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO

Art. 32. O imposto a recolher será apurado mensalmente, pelo confronto entre os débitos e os créditos escriturados durante o mês, em cada estabelecimento do sujeito passivo.

§ 1º - ALTERADO - Art. 6º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

§ 1º Fica assegurado ao sujeito passivo, na forma prevista em regulamento, a apuração do imposto levando em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os seus estabelecimentos no Estado.

§ 1º - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

§ 1º A apuração poderá ser feita levando em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os estabelecimentos do sujeito passivo no Estado, nos casos e na forma previstos em regulamento.

§ 2º Poderá ser adotado período de apuração diverso do previsto neste artigo, conforme dispuser o regulamento, nas operações com as seguintes mercadorias:

- I - bebidas;
- II - cigarros e congêneres;
- III - combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo.

Art. 33. Em substituição ao regime de apuração mencionado no art. 32, a apuração poderá ser feita:

- I - por mercadoria ou serviço dentro de determinado período:

- a) nas operações ou prestações sujeitas a substituição tributária;
- b) quando o imposto for devido por ocasião da entrada;

II - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 13.074/04](#) - Efeitos a partir de 30.07.04:

II - por mercadoria ou serviço em cada operação ou prestação:

- a) na importação do exterior do país;
- b) na entrada de mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, na hipótese do § 8º do [art. 37](#); (NR)

II - Redação original vigente de 01.01.97 a 29.07.04:

II - por mercadoria ou serviço em cada operação ou prestação, na importação do exterior do país;

III - por operação ou prestação:

- a) quanto ao imposto constituído de ofício;
- b) quanto aos produtos sujeitos ao recolhimento por ocasião da saída;
- c) realizada por contribuinte não inscrito ou desobrigado de manter escrituração fiscal;
- d) na venda ambulante ou venda fora do estabelecimento promovida por contribuinte de outro Estado ou do Distrito Federal;
- e) realizada por contribuinte que tiver crédito tributário de sua responsabilidade inscrito em dívida ativa não garantida.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso III, “e”, a critério da administração tributária, o imposto poderá ser apurado diariamente pelo confronto entre os débitos e créditos ocorridos no período.

Art. 34. A obrigação tributária considera-se vencida no último dia do período de apuração e será liquidada por compensação ou mediante pagamento em dinheiro, observado o seguinte:

I - a obrigação considera-se liquidada por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período acrescido do saldo credor de período ou períodos anteriores, se for o caso;

II - se o montante dos débitos do período superar o dos créditos, a diferença será liquidada nos prazos previstos no [art. 36](#);

III - se o montante dos créditos superar o dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte.

Art. 35. O imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa de duração semestral, na forma e nos casos previstos no regulamento, em função do porte ou da atividade do estabelecimento, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

§ 1º Na hipótese deste artigo, ao final de cada semestre será feito o confronto com a escrituração regular do contribuinte, que recolherá a diferença apurada ou a compensará no período ou períodos seguintes, conforme o caso.

§ 2º A inclusão do estabelecimento no regime previsto neste artigo não dispensa o sujeito passivo do cumprimento das obrigações acessórias.

Art. 36. O imposto será recolhido nos prazos previstos em regulamento.

§ 1º - ACRESCIDO – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos contribuintes do comércio varejista o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com período de apuração do mês de dezembro de cada ano em parcelas mensais a serem definidas em regulamento.

§ 2º - ACRESCIDO – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

§ 2º Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará o disposto no parágrafo anterior.

§§ 3º a 5º - ACRESCIDOS - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 3º Será exigido o recolhimento, total ou parcial, do imposto no momento da entrada, no território do Estado, de mercadorias provenientes de outra unidade da Federação relacionadas em regulamento.

§ 4º Na hipótese do § 3º, nas condições previstas em regulamento, poderá ser exigido:

I - o recolhimento do imposto a partir de base de cálculo fixada, observado no que couber o disposto nos §§ 1º a 6º art. 41:

a) para a operação subsequente, hipótese em que não será considerada encerrada a tributação em relação à mercadoria;

b) relativamente às operações subsequentes até a última, com destino ao consumidor final, hipótese em que será considerada encerrada a tributação em relação à mercadoria;

II - o recolhimento do imposto relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

III - o recolhimento do imposto relativo à parcela não submetida à tributação, em decorrência de benefício concedido por outra unidade da Federação sem observância do disposto na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal.

§ 5º O regulamento, nas condições nele previstas, poderá autorizar que o recolhimento a que se refere o § 3º seja efetuado em prazo posterior.

NOTAS:

6) O art. 11 da [Lei nº 14.461/08](#) - anistia.

5) V. art. 10 da [Lei nº 14.264/07](#) - regularidade no pagamento do imposto.

4) V. art. 8º da [Lei nº 13.806/06](#) - regularidade no pagamento do imposto.

3) V. art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#) - UFIR.

2) V. art. 2º da [Lei nº 12.646/03](#) - infração a norma

1) V. art. 1º da [Lei nº 10.789/98](#) - prazos adicionais

CAPÍTULO VI DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE SUBSTITUTO

Art. 37. Fica responsável pelo recolhimento do imposto devido, na condição de substituto tributário:

I - o destinatário da mercadoria ou usuário de serviço, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, amparadas por diferimento, nos casos previstos em regulamento;

II - o estabelecimento que as houver produzido, o importador, o atacadista ou o distribuidor, conforme dispuser o regulamento, pelo imposto devido pelas saídas subseqüentes das mercadorias relacionadas na [Seção V do Anexo Único](#) desta Lei, caso em que a substituição tributária será implementada, relativamente a cada mercadoria, por decreto do Chefe do Poder Executivo;

III - o contratante do serviço, o remetente da mercadoria ou o terceiro que participe da prestação, em relação aos serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

IV - o depositário a qualquer título, em relação à mercadoria depositada por contribuinte.

NOTA:

[V. arts. 27 e 33 da Lei nº 14.967/09](#)

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I:

I - o contribuinte substituto deverá recolher o imposto diferido, proporcionalmente se for o caso:

a) se não promover nova operação tributável ou a promover sob regime de isenção ou não-incidência, salvo quanto às operações de exportação para o exterior do país;

“b” - ALTERADA -Art. 5º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

b) na entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço, nos casos previstos em regulamento;

“b” - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.02:

b) na entrada ou recebimento da mercadoria ou do serviço, nos casos previstos em regulamento;

c) se ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto;

II - é vedado o destaque do imposto em documento fiscal correspondente à operação beneficiada por diferimento;

III - fica diferido o imposto nos seguintes casos:

a) saída de mercadorias de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada neste Estado;

b) saída de mercadorias de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimento, neste Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a remetente faça parte;

c) saída de mercadorias de estabelecimento de contribuinte para outro estabelecimento do mesmo titular, situados neste Estado;

d) saída e posterior retorno de mercadorias com destino a armazém geral, neste Estado, para depósito em nome do remetente ou para depósito fechado, neste Estado, do próprio contribuinte;

e) saída de mercadorias pertencentes a terceiros, de estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem desta, desde que o estabelecimento remetente esteja situado em território catarinense, observado o disposto no inciso [IV do art. 4º](#);

f) saída de energia para consumo do mesmo estabelecimento que a gerou, ou para outro estabelecimento do mesmo titular situado neste Estado.

“g” - ACRESCIDA - Art. 1º da [Lei nº 14.960/09](#) Efeitos a partir de 25.11.09:

g) saída de produto agropecuário em estado natural, quando destinado à comercialização, industrialização ou atividade agropecuária, de estabelecimento agropecuário para estabelecimento situado neste Estado.

NOTA:

V. art.3. da [Lei nº 14.960/09](#)

§ 2º A substituição tributária referida no inciso II abrange:

I - o valor correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado neste Estado, que seja contribuinte do imposto;

II - as operações internas e interestaduais que destinem mercadorias a revendedores não-inscritos, com atividade de venda porta-a-porta exclusivamente a consumidor final, promovidas por empresas que se utilizem de “marketing” direto para comercialização dos seus produtos.

§ 3º Para efeito de exigência do imposto por substituição tributária, inclui-se, também, como fato gerador do imposto, a entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado.

§ 4º No recebimento de mercadorias ou na utilização de serviços sujeitos à substituição tributária, o estabelecimento recebedor fica solidariamente responsável pelo imposto devido nas operações e prestações seguintes.

§ 5º Nos serviços de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetuada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto poderá ser atribuída, nos termos de convênio celebrado com outras unidades da Federação, àquela que promover a cobrança integral do respectivo valor do usuário do serviço.

§ 6º Salvo nos casos expressamente previstos em regulamento, é vedado o aproveitamento de crédito fiscal:

I - para compensação com o imposto devido por responsabilidade;

II - relativo à entrada de mercadoria ou prestação de serviços cujo imposto tenha sido retido anteriormente por substituição tributária.

§ 7º O regulamento poderá atribuir ao distribuidor, atacadista ou industrial a responsabilidade pelo recolhimento da diferença, a menor, do imposto retido pelo contribuinte substituto.

§ 8º - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.074/04](#) - Efeitos a partir de 30.07.04:

§ 8º Fica atribuída a qualquer estabelecimento no Estado que receber mercadoria de outra unidade da Federação, sujeita ao regime de substituição tributária, a responsabilidade pelo imposto devido nas operações subsequentes, na hipótese do remetente não estar obrigado à retenção do imposto.

§ 9º - ACRESCIDO – Art. 1º da [Lei nº 14.605/08](#) - Conversão da [MP 147/08](#) – Efeitos a partir de 11.12.08:

§ 9º Nas hipóteses previstas em regulamento, o Fisco, mediante ato próprio, poderá:

I - determinar sobre qual contribuinte recai a responsabilidade pelo recolhimento do imposto devido por substituição tributária;

II - aplicar, mediante anuência do contribuinte, o regime de substituição a operações com mercadorias não relacionadas na [Seção V do Anexo Único](#).

§ 10 - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 10. Quando a responsabilidade pelo recolhimento do imposto por substituição tributária decorrer de concessão de tratamento tributário diferenciado, poderá ser aplicado, para efeito de exigência do imposto devido por substituição tributária, o disposto no § 3º.

§ 10 – Redação ACRESCIDA - Art. 2º da [Lei nº 14.960/09](#) vigente de 25.11.09 a 06.12.09:

§ 10. Excetua-se do disposto na alínea “g”, do inciso III, do § 1º deste artigo, as operações que o Regulamento do imposto contemple com diferimento específico.

Art. 38. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado entre os Estados interessados e o Distrito Federal.

Art. 39. Consideram-se também contribuintes substitutos:

I - o contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes;

II - as empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, quanto ao pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final.

Parágrafo único. Nas operações interestaduais com as mercadorias referidas neste artigo, o remetente fica responsável pelo pagamento do imposto incidente na operação que tenha como destinatário consumidor final localizado neste Estado.

Art. 40. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar, na forma prevista em regulamento.

§ 1º Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte substituído, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 41. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I - em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II - em relação às operações ou prestações subseqüentes, o somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 2º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, a base de cálculo será este preço.

§ 3º A margem a que se refere a alínea “c” do inciso II do “caput” será estabelecida com base nos preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados, observados ainda os seguintes critérios:

I - a pesquisa de preços deverá ser feita, no mínimo, nos dez municípios de maior participação na receita do Estado;

II - deverá ser ouvido o setor interessado, inclusive quanto à metodologia utilizada;

III - outros critérios definidos em conjunto pelos Estados e Distrito Federal.

§ 4º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II do “caput”, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas neste Estado sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

§ 5º - ACRESCIDO - Art. 6º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) - Efeitos a partir de 01.01.03:

§ 5º Em substituição ao disposto no inciso II do “caput”, a base de cálculo em relação às operações ou prestações subseqüentes poderá ser o preço a consumidor final usualmente praticado no mercado considerado, relativamente ao serviço, à mercadoria ou sua similar, em condições de livre concorrência, adotando-se para sua apuração as regras estabelecidas no § 3º deste artigo.

§ 6º - ALTERADO – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

§ 6º Na hipótese dos §§ 1º e 2º, poderá ser aplicado, nos termos do regulamento, redutor para ajustar a base de cálculo aos valores praticados no mercado.

§ 6º - Redação ACRESCIDA pelo Art. 4º da [Lei nº 14.264/07](#) – conversão da [MP 142/07](#) - Vigente de 29.11.07 a 10.06.08:

§ 6º Na hipótese dos §§ 1º e 2º, poderá ser aplicado, nos termos do regulamento, redutor para ajustar a base de cálculo aos valores praticados no mercado. (NR)

§ 7º - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 7º Na hipótese a que se refere o § 3º do art. 37:

I - a base de cálculo da substituição tributária será o valor de aquisição da mercadoria, acrescido dos valores correspondentes a frete, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ou cobrados, quando não incluídas no preço, e da margem de valor agregado prevista pela legislação, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º; e

II - o imposto a ser pago por substituição tributária corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas neste Estado sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto incidente sobre a entrada da mercadoria ou serviço no estabelecimento do substituto tributário.

CAPÍTULO VII DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 42. Ficam condicionadas a prévia autorização, mediante convênio celebrado nos termos da lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, “g”, da [Constituição Federal](#), observado o disposto no art. 99:

I - a concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais;

II - a fixação de alíquotas internas inferiores às fixadas pelo Senado Federal para as operações e prestações interestaduais.

Art. 43. Fica o Poder Executivo autorizado, sempre que outro Estado ou o Distrito Federal conceda benefícios fiscais ou financeiros de que resulte redução ou eliminação, direta ou indiretamente, de ônus tributário, com inobservância do disposto na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, “g”, da [Constituição Federal](#), a tomar as medidas necessárias para a proteção dos interesses da economia catarinense.

Art. 43-A - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 43-A. Os benefícios fiscais somente se aplicam na hipótese de a operação ou a prestação respectiva encontrar-se regularmente escriturada nos documentos e livros fiscais.

Art. 43-B –ACRESCIDO - Art. 6º da [Lei nº 15.242/10](#), efeitos a partir de 28.07.10:

Art. 43-B Fica concedida redução de base de cálculo nas saídas internas de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, promovidas por Centrais de Compras exclusivamente para seus integrantes, de forma que a tributação nessa operação seja a mesma que incidiu na entrada.

§ 1º Na hipótese da Central de Compras contratar o frete, este será computado no cálculo da redução da base de cálculo prevista no caput.

§ 2º O tratamento previsto neste artigo será autorizado, em relação a cada Central de Compras, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e requisitos previstos neste artigo.

§ 3º Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se Centrais de Compras os sistemas de negociação centralizados, destinados a aquisição de mercadorias, exclusivamente para revenda a seus integrantes, observado o seguinte:

I - deverão providenciar sua inscrição como contribuintes do imposto;

II - o requerimento a que se refere o § 2º deverá identificar todos os seus integrantes;

III - na hipótese de mercadorias recebidas com o imposto retido na origem, por substituição tributária, esta circunstância deverá ser informada, na forma que dispuser o regulamento;

IV - no caso de Centrais de Compras integradas exclusivamente por empresas optantes pelo Simples Nacional, deverá ser observado o disposto no art. 56 da [Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 4º A utilização do tratamento tributário previsto neste artigo:

I - não se aplica cumulativamente com qualquer outro benefício previsto na legislação;

II - assegura o aproveitamento integral do crédito, não se aplicando o disposto no [art. 23](#);

III - não poderá resultar, por parte dos integrantes da Central de Compras, recolhimento de imposto em valor inferior ao que seria devido, caso as aquisições fossem efetuadas diretamente dos respectivos fornecedores;

IV - veda a utilização de quaisquer créditos, exceto em relação àqueles decorrentes da entrada de mercadorias destinadas a seus associados ou para compensar o imposto devido na devolução de mercadorias;

V - alcança as mercadorias destinadas a uso, consumo ou ativo permanente de destinatário integrante da Central de Compras, ficando o destinatário sujeito ao recolhimento da diferença de alíquota, quando for o caso.

§ 5º Na hipótese de mercadoria alcançada por benefício fiscal concedido por outra unidade da Federação, à revelia da [Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975](#), será considerada como tributação incidente na operação de entrada da mercadoria na Central de Compras, aquela resultante da diferença entre o valor do imposto devido na operação interestadual e o valor resultante da aplicação do benefício.

NOTAS:

4) V. [art. 2º e 3º da LC nº 541/11](#) ;

3) V. [Lei nº 15.465/11 – Isenção pinhão](#);

2) V. [art. 19, 20, 21, 22, 34 e 44 da Lei nº 14.967/09](#);

1) V. [art. 13 da Lei nº 14.264/07 que autoriza o Poder Executivo a renovar e prorrogar benefícios fiscais concedidos por regimes especiais](#).

CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 44. Inscrever-se-ão no Cadastro de Contribuintes do imposto, as pessoas físicas ou jurídicas que promovam operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte intermunicipal e interestadual ou de comunicação.

Parágrafo único. Ressalvados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição independente para cada estabelecimento.

Art. 45. As operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos oficiais.

§ 1º - RENUMERADO o Parágrafo único - Art. 1º da [Lei nº 11.350/00](#) - Efeitos a partir de 18.01.00:

§ 1º O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade dos mesmos, para fins de emissão e de transporte de mercadorias.

§ 2º - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 11.350/00](#) - Efeitos a partir de 18.01.00:

§ 2º A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM exigirá, para a impressão de documentos fiscais próprios, a comprovação da titularidade da autorização da União, das pessoas físicas e jurídicas que exploram, em qualquer caso, substâncias minerais no território catarinense.

§ 3º - REVOGADO - Art. 1º da [Lei nº 13.105/04](#) - Efeitos a partir de 09.09.04:

§ 3º - REVOGADO.**Nota:**

A [Lei nº 13.105/04](#) revogou a [Lei nº 12.569/03](#)

§ 3º - Redação acrescida pelo Art. 1º da [Lei nº 12.569/03](#) vigente de 07.04.03 a 08.09.04:

§ 3º Nas operações interestaduais com cebola não será permitido o uso de nota fiscal de produtor.

§ 4º - ALTERADO - Art. 1º da [Lei nº 15.108/10](#) - Efeitos a partir de 04.01.10:

§ 4º A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante convênio com o Conselho Regional de Odontologia - CRO-SC, exigirá, para venda de produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico, que o documento fiscal, em campo destinado a informações complementares, informe o número do Registro no CRO-SC do profissional ou da pessoa jurídica que adquirir a mercadoria ou, quando o adquirente for acadêmico de curso de odontologia, informe o número da matrícula e o nome da instituição de ensino superior.

§ 4º - Redação ACRESCIDA - Art. 1º da [Lei nº 14.948/09](#) – vigente de 04.11.09 a 03.01.10:

§ 4º A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante convênio com o Conselho Regional de Odontologia - CRO-SC, exigirá, para venda de produtos, equipamentos e materiais de uso clínico odontológico, que o documento fiscal, em campo destinado a informações complementares, informe o número do Registro no CRO-SC do profissional ou da pessoa jurídica que adquirir a mercadoria ou, quando o adquirente for acadêmico de curso de odontologia, informe o número da matrícula e o nome da instituição de ensino superior.

Art. 46. Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, em cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais previstos em regulamento.

Parágrafo único. Os contribuintes entregarão, nos prazos fixados em regulamento, às repartições fazendárias a que jurisdicionados, as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

Art. 46-A - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.634/05](#) - Efeitos a partir de 22.12.05:

Art. 46-A. As administradoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações e prestações realizadas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar. (NR)

Art. 46-B - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 46-B. Nos termos do regulamento poderá ser exigida, para fins de controle do imposto, a aplicação de selo fiscal em mercadoria ou documento fiscal, inclusive quando proveniente do exterior ou de outra unidade da Federação.

NOTA:

V. [art. 35, 41, da Lei nº 14.967/09](#)

CAPÍTULO IX DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 47. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Art. 48. Reputar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de documentos fiscais de entrada na escrita fiscal, desde que lançados na comercial.

Art. 49. Presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatar:

I - suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - diferença apurada pelo cotejo entre as saídas registradas e o valor das saídas a preço de custo acrescido do lucro apurado mediante a aplicação de percentual fixado em portaria do Secretário de Estado da Fazenda;

III - efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

IV - registro de saídas em montante inferior ao obtido pela aplicação de índices de rotação de estoques levantados no local em que situado o estabelecimento, através de dados coletados em estabelecimentos do mesmo ramo;

V - diferença entre o movimento tributável médio apurado em regime especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

VI - diferença apurada mediante controle quantitativo de mercadorias, assim entendido o confronto entre a quantidade de unidades estocadas e as quantidades de entradas e de saídas;

VII - a falta de registro de documentos fiscais referentes à entrada de mercadorias ou bens ou à utilização de serviços, na escrita fiscal ou na contábil, quando existente esta;

VIII - efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

IX - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

X - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, bem como a posse de bens do ativo permanente não contabilizados;

XI - a existência de valores registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

XII - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

XII - diferença no estoque de selos de controle fiscal para aplicação em mercadorias ou documentos fiscais.
(NR)

§ 1º Não perdurará a presunção mencionada nos incisos II, III, IV e IX do “caput” deste artigo quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º Não produzirá os efeitos previstos no parágrafo anterior a escrita contábil, quando:

I - conter vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das operações ou prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

Art. 49-A - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.237/04](#) - Efeitos a partir de 27.12.04:

Art. 49-A. Presumir-se-á entrega ou comercialização de mercadoria em território catarinense:

I - após o transcurso de trinta dias da emissão do Passe Fiscal Interestadual, se este não for baixado no Estado de destino das mercadorias; ou

II - quando o veículo estiver trafegando sem as mercadorias referidas no Passe Fiscal Interestadual, ou transportando mercadorias diversas ou com especificações diferentes das nele indicadas, ainda que não tenha decorrido o prazo previsto no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. A presunção referida no inciso I deste artigo poderá ser ilidida por prova inequívoca de que as mercadorias não foram entregues ou comercializadas em território catarinense. (AC)

Art. 50. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, protocolos e acordos visando à fiscalização, arrecadação ou operacionalização do imposto, podendo, inclusive, delegar competência, observada a legislação federal complementar.

CAPÍTULO X DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES EM GERAL

Art. 51. Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - REVOGADO - Art. 49 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

II – REVOGADO.

II - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

II - devido por responsabilidade ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal;

IV - ACRESCIDO - Art. 7º da [Lei nº 15.510/11](#) - Efeitos a partir de 26.07.11:

IV - devido por ocasião da entrada de mercadorias:

MULTA de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.

Art. 52. Deixar de submeter, total ou parcialmente, operação ou prestação tributável à incidência do imposto:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto.

§ 1º - RENUMERADO o Parágrafo único - Art. 26 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 1º. A multa prevista neste artigo será reajustada para:

I - 100% (cento por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto, quando a operação ou prestação estiver consignada em documento fiscal:

- a) com numeração ou seriação repetida;
- b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;
- c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na operação ou prestação;
- d) que descreva de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação da mercadoria ou serviço;
- e) de outro contribuinte ou de empresa fictícia, dolosamente constituída ou cuja inscrição foi baixada ou declarada nula segundo edital publicado pela administração tributária;
- f) indicando tratamento tributário vinculado à destinação da mercadoria ou do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

“g” e “h” - ACRESCIDAS - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

- g) emitido por equipamento emissor de cupom fiscal ou qualquer outro equipamento não homologado ou não autorizado pelo Fisco; e (NR)
- h) emitido por equipamento emissor de cupom fiscal com adulteração em dispositivo de hardware ou no software básico. (NR)

§ 2º - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 2º Aplica-se a multa prevista neste artigo no caso de imposto devido por responsabilidade ou por substituição tributária, não declarado ao Fisco na forma prevista na legislação. (NR)

Art. 53. Submeter tardiamente operação ou prestação tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio contribuinte, ou o devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização:

Art. 53 - MULTA - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

MULTA de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte e por cento), do valor do imposto. (NR)

Art. 53- MULTA - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

MULTA de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 54 – ALTERADO – Art. 15 da [Lei 15.856/12](#) - Efeitos a partir de 01.01.13 ([art. 26](#)):

Art. 54. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento relativo à entrada de mercadorias destinadas à comercialização, industrialização, uso ou consumo, ou de bens destinados ao ativo imobilizado, ou aquele relativo à contratação de prestação de serviço:

Art. 54 - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.12:

Art. 54. Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento relativo à entrada de mercadoria ou à prestação de serviço:

MULTA de 20% (vinte por cento) do valor da mercadoria ou serviço.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo somente será aplicada se o documento não tiver sido contabilizado.

Nota:

V. [art. 12](#), da [Lei nº 14.967/09](#)

Art. 55. Apropriar crédito de imposto considerado indevido pela legislação tributária:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do crédito indevido.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será reajustada para:

I - 100% (cento por cento) do valor do crédito quando o imposto estiver destacado em documento fiscal declarado inidôneo em edital publicado pela administração tributária;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do crédito quando:

- a) o imposto estiver destacado em documento fiscal fraudulento;
- b) não corresponder a uma entrada efetiva de mercadoria no estabelecimento;
- c) não corresponder a uma efetiva prestação de serviço;
- d) a empresa emitente não existir ou for dolosamente constituída.

Art. 56. Deixar de estomar crédito de imposto, quando determinado pela legislação tributária:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do crédito indevido.

Art. 57. Antecipar o momento de apropriação do crédito do imposto:

Art. 57- MULTA - ALTERADA – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

MULTA de 10% (dez por cento) do valor do crédito antecipado, por mês ou fração, até o limite de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 57- MULTA - ALTERADA - Art. 4º da [Lei nº 14.264/07](#) – conversão da [MP 142/07](#) - VIGENTE de 29.11.07 a 10.06.08:

MULTA de 10% (dez por cento) do valor do crédito antecipado, por mês ou fração, até o limite de 75% (setenta e cinco por cento). (NR)

Art. 57- MULTA – Redação original vigente de 01.01.97 a 28.11.07:

MULTA de 10% (dez por cento) do valor do crédito antecipado, por mês ou fração.

Art. 58. Transferir ou receber em transferência, irregularmente, crédito do imposto:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do crédito transferido.

Art. 59. Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

NOTA:

V. [art. 40](#), da [Lei nº 14.967/09](#)

SEÇÃO II

DAS INFRAÇÕES REFERENTES A TRANSPORTE, POSSE, GUARDA, ENTREGA E RECEBIMENTO DE MERCADORIAS E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

Art. 60. Transportar mercadoria:

I - sem documento fiscal, com documento fiscal fraudulento ou com via diversa da exigida para acompanhar o transporte;

II - que não corresponda à descrição contida no documento fiscal;

III - em quantidade maior ou menor que a descrita no documento fiscal;

IV - antes do início ou após o término do prazo de validade, para fins de transporte ou de emissão, do documento fiscal;

V - procedente de outro Estado ou do Distrito Federal, sem o comprovante de recolhimento do imposto, quando for devido por ocasião da entrada da mercadoria no território do Estado;

VI - destinada à venda fora do estabelecimento, sem portar os documentos fiscais a serem emitidos por ocasião das vendas;

VII - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

VII - acobertada com documento fiscal auxiliar de documento fiscal eletrônico que já tenha sido utilizado para acobertar o transporte de mercadoria, constatado por qualquer meio; (NR)

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, a multa será reduzida para 5% (cinco por cento) do valor da mercadoria, se esta gozar de isenção ou não-incidência em todas as operações, independente de sua origem, destino ou dos intervenientes.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III, a multa será aplicada sobre a quantidade excedente ou faltante.

§ 3º- ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

§ 3º Não caberá a aplicação da multa prevista neste artigo quando: (NR)

§ 3º - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:**§ 3º A penalidade prevista neste artigo será aplicada contra o emitente do documento fiscal quando:**

I - o tipo ou espécie da mercadoria transportada for diverso da descrita no documento fiscal e a comprovação dependa de classificação;

II - a mercadoria estiver acondicionada em volumes fechados, verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos II e III do “caput”;

III - a fraude identificada for relativa à emissão do documento fiscal;

IV - no caso de venda fora do estabelecimento, por meio de veículos, inclusive na hipótese prevista no inciso IV do “caput”;

V - por ocasião da entrada no Estado, em relação à mercadoria sujeita à substituição tributária, proveniente de Estado signatário de convênio ou protocolo, for constatado que o imposto substituído não foi retido antecipadamente, ou retido a menor, pelo estabelecimento remetente e o transporte estiver desacompanhado de comprovante de recolhimento, ou recolhido parcialmente.

Art. 61 - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:**Art. 61.** Prestar serviço de transporte:

I - sem documento fiscal;

II - com documento fiscal fraudulento;

III - com via diversa da exigida para acompanhar o transporte;

IV - a pessoa diversa do indicado no documento fiscal; ou

V - acobertada com documento fiscal auxiliar de documento fiscal eletrônico que já tenha sido utilizado para prestar serviço de transporte, constatado por qualquer meio:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da prestação.

Parágrafo único. A penalidade prevista no inciso II será aplicada contra o emitente do documento fiscal quando a fraude identificada for relativa à emissão do documento fiscal. (NR)

Art. 61 - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

Art. 61. Prestar serviço de transporte sem documento fiscal, com documento fiscal fraudulento ou com via diversa da exigida para acompanhar o transporte:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor do frete.

Art. 62. Entregar, receber ou manter em estoque ou depósito, em local inscrito ou não no cadastro de contribuintes do imposto, mercadoria sem documento fiscal ou com documento fiscal fraudulento:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Art. 63. Entregar mercadoria por meio de veículo utilizado na venda fora do estabelecimento sem emitir documento fiscal:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Parágrafo único. Aplica-se à hipótese prevista neste artigo o disposto no § 1º do [art. 60](#).

Art. 64. Transportar mercadoria destinada à venda ambulante sem portar o respectivo documento de arrecadação, nas hipóteses previstas em regulamento.

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Art. 65. Remeter mercadoria ou prestar serviço de transporte, sujeitos ao recolhimento do imposto por ocasião de sua saída ou início da prestação, sem o respectivo comprovante de recolhimento.

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto.

Art. 66. Entregar ou receber mercadoria em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal como destinatário:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Art. 66-A - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 13.237/04](#) - Efeitos a partir de 27.12.04:

Art. 66-A. Entregar ou comercializar em território catarinense, mercadoria acompanhada de Passe Fiscal Interestadual, destinada a outro Estado ou ao Distrito Federal.

MULTA de trinta por cento do valor da mercadoria. (AC)

Arts. 66-B - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 66-B. Violar, romper ou danificar dispositivo de segurança aplicado pelo Fisco, nas hipóteses previstas na legislação tributária, para fins de controle de mercadoria transportada:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais). (NR)

Arts. 66-C - ACRESCIDO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 66-C. Deixar de recolher ou reter, no todo ou em parte, o imposto relativo à substituição tributária, devido por contribuinte estabelecido em outra unidade da Federação, quando constatado, durante o transporte, que o imposto não foi recolhido ou retido;

Multa - ALTERADA - Art. 6º da [Lei nº 15.242/10](#), efeitos a partir de 28.07.10:

MULTA: 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Parágrafo único. Na hipótese de recolhimento ou retenção parcial do imposto, a base de cálculo da penalidade prevista neste artigo será reduzida na mesma proporção.

Multa – Redação ACRESCIDA pelo Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) - vigente de 07.12.09 a 27.07.10:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto não recolhido ou retido.

SEÇÃO III DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 67. Emitir documento fiscal sem o destaque, quando compulsório, do total ou de parte do imposto devido, ou indicando indevidamente que se trata de operação sem débito do imposto:

MULTA de 100% (cem por cento) do valor do imposto não destacado.

Art. 68. Emitir documento fiscal com destaque de imposto indevido, ou com destaque de imposto maior que o devido:

MULTA de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto indevidamente destacado ou destacado a maior.

Parágrafo único. A penalidade prevista neste artigo não será aplicada se o agente da infração comprovar, mediante intimação da autoridade fazendária, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, que deverá preceder a lavratura da notificação, que o destinatário não aproveitou o crédito relativo ao imposto indevidamente destacado.

Art. 69. Emitir documento fiscal consignando declaração falsa quanto ao estabelecimento remetente da mercadoria ou prestador de serviço, ou quanto ao destinatário da mercadoria ou usuário do serviço:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da operação ou prestação.

Art. 69-A – ACRESCIDO – Art. 1º da [Lei nº 14.605/08](#) – Conversão da [MP147/08](#) – Efeitos a partir de 11.12.08:

Art. 69-A. Emitir documento fiscal em hipótese não prevista na legislação, com o fim de simular operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço.

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da operação ou prestação indicado no documento fiscal.

Parágrafo único. A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis do destinatário.

Arts. 69-B – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-B. Emitir documento fiscal que não seja o legalmente exigido pela legislação tributária:

MULTA de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitada a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis. (NR)

Arts. 69-C – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-C. Emitir documento auxiliar de:

I - documento fiscal eletrônico que não possua autorização de uso; ou

II - documento fiscal eletrônico com autorização de uso posterior à constatação da infração.

III - ACRESCIDA - Art. 6º da [Lei nº 15.242/10](#), efeitos a partir de 28.07.10:

III - documento fiscal eletrônico cancelado.

MULTA de 30% (trinta por cento) sobre o valor das respectivas operações ou prestações. (NR)

Arts. 69-D – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-D. Emitir documento auxiliar de documento fiscal eletrônico:

I - que impossibilite a leitura do documento fiscal eletrônico respectivo; ou

II - em desacordo com a legislação tributária:

MULTA de R\$ 200,00 (duzentos reais) por documento, limitada a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis. (NR)

Arts. 69-E – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-E. Deixar de solicitar ao Fisco autorização de uso de documento fiscal eletrônico emitido em contingência:

MULTA de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis. (NR)

Arts. 69-F – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-F. Emitir documento fiscal cuja descrição da mercadoria não corresponda:

I - ao tipo ou à espécie da mercadoria transportada, desde que a comprovação dependa de classificação; e

II - à descrição ou à quantidade transportada, estando a mercadoria acondicionada em volumes fechados:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria em desacordo com o documento fiscal. (NR)

Arts. 69-G – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-G. Emitir documento fiscal fraudulento, sendo a infração constatada por ocasião do transporte de mercadoria ou da prestação de serviço:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria ou da prestação de serviço.

Arts. 69-H – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-H. Emitir documento fiscal para fins de venda fora do estabelecimento cuja descrição da mercadoria não corresponda:

I - ao tipo ou espécie da mercadoria transportada; e

II - à descrição ou à quantidade transportada:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.(NR)

Arts. 69-I – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 69-I. Deixar de portar o contribuinte que realizar venda fora do estabelecimento os documentos fiscais a serem emitidos por ocasião das vendas:

MULTA de 30% (trinta por cento) da mercadoria. (NR)

Art. 70. Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções ou que apresente emendas ou rasuras que dificultem ou impeçam a verificação dos dados nele apostos:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 5,00 (cinco reais) por documento, não inferior a R\$ 106,00 (cento e seis reais), limitada a 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento, não inferior a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, limitada a 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único. A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Art. 71. Deixar de emitir documento fiscal, estando a operação ou prestação submetida à incidência do imposto e registrada no livro fiscal respectivo:

Art. 71 - MULTA - ALTERADO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

MULTA de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitada a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 71 - MULTA - Redação do Art. 3º da Lei nº 13.841/06 – vigente de 05.09.06 a 06.12.09:

MULTA de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), limitada a R\$ 1.000,00 (mil reais).

NOTA:

V. art. 4º da Lei nº 13.841/06, - dispensa o pagamento da parcela da multa constituída com base na Lei 10.297/96 que exceder ao valor fixado na forma do art. 3º desta Lei.

Art. 71 - MULTA – Redação original vigente de 01.01.97 a 04.09.06:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a R\$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais) (Lei nº 13.194/04).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a 150 (cento e cinquenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

SEÇÃO IV (Arts. 72 a 75-A)- ALTERADA – Art. 23 da Lei nº 14.967/09 – Efeitos a partir de 07.12.09:

**SEÇÃO IV
DAS INFRAÇÕES RELATIVAS A EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL E AO
PROGRAMA APLICATIVO FISCAL**

Art. 72. Possuir, utilizar ou manter no estabelecimento equipamento emissor de cupom fiscal:

I - não autorizado ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização;

II - sem lacre ou com o lacre violado, rompido ou não autorizado pelo Fisco; ou

III - que imprima documentos fiscais de forma ilegível ou sem as indicações estabelecidas na legislação tributária:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será reajustada para:

I - R\$ 3.000,00 (três mil reais), no caso de equipamento com etiqueta autocolante de identificação falsa ou adulterada; e

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de equipamento, com alteração nas características originais de hardware, software básico ou de qualquer de seus componentes, de modo a possibilitar o uso do equipamento em desacordo com a legislação tributária, ou causar perda ou modificação de dados fiscais. (NR)

Art. 72-A. Possuir, utilizar ou manter no estabelecimento equipamento:

I - para emissão de comprovante de pagamento efetuado por meio de cartão de crédito ou de débito em conta corrente, nos casos em que seja obrigatória a emissão desse comprovante por intermédio de equipamento emissor de cupom fiscal;

II - que possibilite a emissão de comprovante de controle interno, em operação ou prestação sujeita ao imposto, em hipótese não autorizada pela legislação;

III - não autorizado pelo Fisco, que possibilite o registro ou processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou a prestações de serviços ou que emita comprovante de venda que possa ser confundido com documento fiscal;

IV - para calcular ou registrar dados, dotado ou não de mecanismo impressor, quando obrigado ao uso do

equipamento emissor de cupom fiscal:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por equipamento.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será reajustada para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no caso de equipamento de transmissão eletrônica de dados, capaz de capturar assinatura digitalizada, possibilitar o armazenamento e a transmissão de cupom de venda ou comprovante de pagamento em formato digital, por meio de rede de comunicação de dados, sem a correspondente emissão do comprovante de pagamento pelo equipamento emissor de cupom fiscal. (NR)

Art. 73. Utilizar equipamento emissor de cupom fiscal com versão de software básico não autorizada:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 73-A. Utilizar programa aplicativo fiscal que possibilite ao equipamento emissor de cupom fiscal a não impressão, na forma prevista na legislação tributária, do registro das operações ou prestações:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 73-B. Fornecer programa aplicativo fiscal para uso em equipamento de emissor de cupom fiscal em versão diferente da autorizada:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 73-C. Desenvolver, fornecer ou instalar software ou dispositivo de hardware que possibilite perda ou alteração de dados fiscais registrados em equipamento emissor de cupom fiscal:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por equipamento. (NR)

Art. 73-D. Deixar de substituir versão do programa aplicativo fiscal:

MULTA de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 73-E. Desenvolver, fornecer ou instalar programa aplicativo fiscal em desacordo com a legislação tributária, que possibilite a perda ou alteração de dados fiscais:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (NR)

Art. 73-F. Deixar de comunicar ao Fisco alteração de uso ou cessação de uso de equipamento emissor de cupom fiscal:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 73-G. Deixar de entregar ao Fisco documento fiscal emitido por equipamento emissor de cupom fiscal, quando intimado:

MULTA de R\$ 200,00 (duzentos reais) por equipamento, a cada período de apuração. (NR)

Art. 73-H. Deixar de fornecer ao Fisco senha ou meio eletrônico que possibilite o acesso às funções e aos dados de equipamento emissor de cupom fiscal:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (NR)

Art. 73-I. Reter ou danificar documento fiscal emitido por equipamento emissor de cupom fiscal, ou parte dele:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 73-J. Utilizar bobina de papel para a impressão de documentos fiscais e da Fita-Detalhe que não atenda as especificações da legislação:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais). (NR)

Art. 73-K. Não instalar ou não utilizar equipamento emissor de cupom fiscal quando obrigatório seu uso:

MULTA de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). (NR)

Art. 74. Intervir em equipamento emissor de cupom fiscal sem possuir atestado de capacitação técnica específico para o equipamento:

MULTA de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-A. Deixar de emitir atestado de intervenção técnica em equipamento emissor de cupom fiscal, ou emití-lo em desacordo com a legislação tributária:

MULTA de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por atestado. (NR)

Art. 74-B. Deixar o interventor técnico de comunicar ao Fisco qualquer irregularidade encontrada em equipamento emissor de cupom fiscal, que possibilite

a supressão ou redução de imposto ou que prejudique os controles fiscais:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 74-C. Lacrar equipamento emissor de cupom fiscal de modo a possibilitar o acesso à placa de controle fiscal, sem o rompimento do lacre:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-D. Permitir o interventor técnico credenciado pelo Fisco que terceiros, não credenciados, pratiquem intervenções técnicas, em seu nome, em equipamento emissor de cupom fiscal:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-E. Deixar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal de apurar o valor das operações, das prestações e do imposto, quando não for possível a leitura pelos documentos fiscais totalizadores, nos casos previstos na legislação:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por intervenção técnica. (NR)

Art. 74-F. Deixar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal de comunicar a falta ou o rompimento indevido de dispositivo de segurança dedicado a proteção dos recursos removíveis de Memória de Fita-detalhe e dos recursos de armazenamento do software básico:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-G. Não entregar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal, ao Fisco, os dispositivos

de segurança e os documentos de autorização de uso relativo a equipamento sob sua responsabilidade, nas hipóteses previstas na legislação tributária:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 74-H. Deixar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal:

I - de comunicar o furto, roubo, extravio ou destruição de dispositivos de segurança não utilizados; ou

II - de entregar os dispositivos de segurança retirados durante a intervenção técnica:

MULTA de R\$ 100,00 (cem reais) por dispositivo de segurança. (NR)

Art. 74-I. Deixar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal de comunicar ao Fisco a permanência de equipamento em manutenção, sob sua responsabilidade, por prazo superior ao previsto na legislação tributária:

MULTA de R\$ 200,00 (duzentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-J. Deixar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal de comunicar ao Fisco qualquer alteração nos dados cadastrais do estabelecimento credenciado ou dos técnicos credenciados:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). (NR)

Art. 74-K. Entregar o interventor técnico de equipamento emissor de cupom fiscal equipamento sem prévia autorização do Fisco, na forma prevista na legislação tributária:

MULTA de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-L. Deixar o fabricante, importador ou revendedor de equipamento emissor de cupom fiscal de comunicar ao Fisco a entrega de equipamento, na forma prevista na legislação tributária:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por comunicação não efetuada. (NR)

Art. 74-M. Concorrer para a utilização de equipamento emissor de cupom fiscal em desacordo com a legislação tributária de modo a possibilitar a perda ou alteração de dados registrados no equipamento:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-N. Fabricar ou importar equipamento emissor de cupom fiscal contendo software básico ou dispositivo capaz de possibilitar a perda ou alteração de dados fiscais:

MULTA de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por equipamento. (NR)

Art. 74-O. Deixar o fabricante ou o importador de equipamento emissor de cupom fiscal, quando intimado pelo Fisco, de prestar informações:

MULTA de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). (NR)

Art. 74-P. Fornecer o interventor técnico autorizado dispositivo de segurança ou senha de acesso à pessoa não autorizada ou não habilitada pelo Fisco:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais). (NR)

Art. 74-Q. Receber do interventor técnico autorizado dispositivo de segurança ou senha de acesso sem estar autorizado ou habilitado pelo Fisco:

MULTA de R\$ 3.000,00 (três mil reais). (NR)

SEÇÃO IV (Arts. 72 a 74) - Redação do Art. 3º da Lei nº 11.308/99 – vigente de 28.12.99 a 06.12.09:

SEÇÃO IV

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS MÁQUINAS REGISTRADORAS, TERMINAIS PONTO DE VENDA - PDV E EQUIPAMENTOS EMISSORES DE CUPOM FISCAL - ECF

Art. 72. Possuir ou utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF:

- I - não autorizado ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização;
- II - sem lacre, com o lacre de segurança violado ou rompido ou não autorizado pelo fisco;
- III - sem a etiqueta de identificação ou com ela rompida ou adulterada:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais), por equipamento (Lei nº 13.194/04).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, por equipamento.

Parágrafo único. Sofrerá a mesma penalidade:

- I - quem utilizar ou manter no estabelecimento equipamento não autorizado pelo fisco que possibilite o registro ou processamento de dados relativo a operações com mercadorias ou a prestação de serviços ou que emita comprovante de venda que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;
- II - quem utilizar “software” básico, ou versão, não autorizado;
- III - quem utilizar “software” ou dispositivo que permita alterar o valor das operações registradas nas memórias de uso fiscal do equipamento;

Arts 73 - Redação do Art. 1º da Lei nº 12.141/02 – vigente de 09.04.02 a 06.12.09:

Art. 73. Não instalar ou não utilizar Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF - quando obrigatório seu uso:

MULTA: de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 73 - Redação dada pelo Art. 3º da Lei nº 11.308/99 vigente de 28.12.99 a 08.04.02:

Art. 73. Não instalar ou não utilizar Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, quando obrigatório seu uso:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência – UFIR - por mês ou fração, a contar da data da obrigatoriedade do uso.

§ 1º - RENUMERADO o Parágrafo único - Art. 2º da Lei nº 12.141/02 – vigente de 09.04.02 a 06.12.09:

§ 1º Sofrerá a mesma penalidade quem mantiver em uso equipamento que não imprima, na forma prevista em Regulamento:

- I - o registro das operações ou prestações concomitantemente à captura das informações referentes a cada item;
- II - o comprovante de pagamento da operação efetuado com cartão de crédito ou débito automático em conta corrente vinculado ao documento fiscal emitido.

§ 2º - Redação ACRESCIDA - Art. 2º da Lei nº 12.141/02 – vigente de 09.04.02 a 06.12.09:

§ 2º Até 31 de dezembro de 2002 não se aplicará a multa prevista no § 1º, inciso II, ao contribuinte que, intimado pela autoridade fazendária, autorizar a administradora do cartão de crédito ou débito a fornecer os valores de suas operações ou prestações, por período de apuração.

NOTA:

O art. 1º da Lei nº 13.562/05, dispõe:

Art. 1º As multas fiscais constituídas de ofício até 8 de abril de 2002, com fundamento no art. 73 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996 ficam reduzidas para R\$ 1.000,00 (um mil reais). Parágrafo único. O disposto neste artigo não autoriza restituição das quantias já pagas.

Art. 74 – Redação do art. 3º da Lei nº 11.308/99 – vigente de 28.12.99 a 06.12.09:

Art. 74. Intervir em máquina registradora, Terminal Ponto de Venda - PDV ou Equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, sem possuir atestado de capacitação técnica específico para o equipamento, fornecido pelo fabricante, ou não estar devidamente credenciado na forma prevista na legislação tributária:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais), por equipamento, sem prejuízo do descredenciamento (Lei nº 13.194/04).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, por equipamento, sem prejuízo do descredenciamento.

Parágrafo único. Sofrerá a mesma penalidade:

I - o credenciado que:

- a) deixar de emitir Atestado de Intervenção;
- b) deixar de informar ou informar incorretamente, no Atestado de Intervenção, o motivo da intervenção no equipamento;
- c) deixar de comunicar ao fisco qualquer irregularidade encontrada em Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, que possibilite a supressão ou redução de tributo ou prejudique os controles do fisco;
- d) realizar intervenção em máquina registradora, Terminal Ponto de Venda - PDV, ou Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, sem a emissão, imediatamente antes e depois da intervenção, dos cupons de leitura exigidos pela legislação;
- e) lacrar equipamento de modo a possibilitar o acesso à placa de controle fiscal, sem o rompimento do lacre;
- f) permitir que terceiros não credenciados pratiquem intervenções técnicas, em seu nome, em equipamentos fiscais;
- g) deixar de apurar o valor das operações e do imposto quando não for possível a leitura pelos totalizadores, nos casos previstos no Regulamento;

II - qualquer pessoa que:

- a) instalar “software” básico não homologado na forma prevista na legislação estadual;
- b) alterar qualquer das características originais do equipamento ou adulterá-lo ou a seus componentes de modo a causar perda ou alteração de dados fiscais;
- c) fornecer ou instalar “software” ou dispositivo que possibilite a alteração de dados fiscais da memória de trabalho ou da memória fiscal do equipamento;
- d) utilizar indevidamente, seccionar, rasurar ou não guardar fita detalhe ou leituras dos totalizadores, nos casos previstos em regulamento.

Arts. 72 a 74 - Redação original vigente de 01.01.97 a 27.12.99:

Art. 72. Possuir ou utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF não autorizado ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por equipamento.

Parágrafo único. Sofrerá a mesma penalidade:

I - quem possuir ou utilizar qualquer outro equipamento que emita comprovante de venda que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;

II - quem utilizar “software” básico, ou versão, não autorizado.

Art. 73. Possuir ou utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF:

I - com o lacre de segurança violado;

II - sem a etiqueta de identificação ou com ela rompida ou adulterada:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por equipamento.

Art. 74. Intervir em máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF, sem possuir atestado de capacitação técnica específico para o equipamento, fornecido pelo fabricante, ou não estar devidamente credenciado na forma prevista na legislação tributária:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, por equipamento, sem prejuízo do descredenciamento.

Art. 75. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Art. 75-A – ACRESCIDO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 75-A. Aplicam-se, no que couber, as penalidades previstas nesta Seção a qualquer outro equipamento de uso fiscal previsto na legislação e aos aplicativos fiscais a eles relacionados. (NR).

SEÇÃO V

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO USO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA FINS FISCAIS

Art. 76. Utilizar programa para emissão ou impressão de documento fiscal ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 77. Usar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais, sem observar os requisitos previstos na legislação:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 78 – ALTERADO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 78. Não efetuar a entrega de informações em meio eletrônico ou digital, ou fornecê-las em formato diferente do estabelecido na legislação:

MULTA de 0,1% (um décimo por cento) do valor das operações e prestações, relativas a soma das entradas e saídas, ocorridas no período de apuração correspondente ao documento não entregue, não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 1º A multa prevista neste artigo será aplicada novamente caso o sujeito passivo não regularizar a situação que ocasionou a sua imposição, no prazo previsto na respectiva intimação, nunca inferior a 30 (trinta) dias.

§ 2º Para fins de aplicação da multa prevista neste artigo a Autoridade Fiscal poderá se valer de informações disponibilizadas por outros sujeitos passivos ao Fisco. (NR)

Art. 78 - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

Art. 78. Não efetuar a entrega de informações em meio magnético ou fornecê-las em padrão diferente do estabelecido na legislação:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 79. Deixar de manter, ou fazê-lo em desacordo com a legislação, arquivo magnético com o registro fiscal dos livros e documentos fiscais escriturados ou emitidos por processamento eletrônico de dados:

Art. 79 - MULTA – ALTERADO – Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

MULTA de 0,1% (um décimo por cento) do valor das operações e prestações, relativas a entradas e saídas, ocorridas no período de apuração correspondente ao documento não entregue, não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 78. (NR)

Art. 79 - MULTA - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09, valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 1.064,00 (um mil e sessenta e quatro reais) (Lei nº 13.194/04).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 80. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

SEÇÃO VI DAS INFRAÇÕES RELATIVAS A LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 81. Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 10 (dez reais) por documento fiscal, não inferior a R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) (Lei nº 13.194/04).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento fiscal, não inferior a 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Arts. 81-A a 81-C – ACRESCIDOS – Art. 23 da Lei nº 14.967/09 – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 81-A. Deixar de solicitar a inutilização de numeração em série de documento fiscal eletrônico:

MULTA de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo, aquele que deixar de manter registros atualizados referentes à emissão de documento fiscal eletrônico em contingência e utilização dos formulários de segurança. (NR)

Art. 81-B. Deixar de remeter ou disponibilizar ao destinatário o arquivo de documento fiscal eletrônico:

MULTA de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Parágrafo único. Incorre também na multa prevista neste artigo, o destinatário que:

I - deixar de efetuar a confirmação de recebimento de mercadoria acobertada por documento fiscal eletrônico na forma e prazo da legislação tributária;

II - deixar de guardar os arquivos eletrônicos de documentos fiscais eletrônicos na forma e prazos previstos na legislação tributária; e

III - deixar de comunicar ao Fisco o recebimento de documento fiscal eletrônico emitido em contingência sem existência da respectiva autorização findo o prazo legal de transmissão do arquivo pelo emitente. (NR)

Art. 81-C. Vender, adquirir ou utilizar formulário de segurança sem autorização da administração tributária:

MULTA de R\$ 10,00 (dez reais) por formulário, não inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). (NR)

Art. 82. Promover a saída de mercadoria, a consumidor final, sem emissão de cupom ou documento fiscal, constatada por qualquer meio:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 83. Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los sem prévia autenticação, ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da Lei nº 13.194/04:

MULTA de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) por livro ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por livro.

Arts. 83-A a 83-D –ACRESCIDOS - Art. 23 da Lei nº 14.967/09 – Efeitos a partir de 07.12.09:

Art. 83-A. Deixar de escriturar os livros fiscais relativos à escrituração fiscal digital:

MULTA de 0,1% (um décimo por cento) da soma do valor contábil das saídas com o valor contábil das entradas, não podendo ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), nem superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por período de apuração.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 78. (NR)

Art. 83-B. Escriturar livros fiscais relativos à escrituração fiscal digital com omissões ou incorreções que dificultem ou impeçam a identificação dos dados neles consignados:

MULTA de 1% (um por cento) da soma do valor contábil das entradas ou das saídas, relativamente aos registros fiscais dos livros de entrada ou saída, respectivamente, registrados sem observar os requisitos previstos na legislação, não podendo ser inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por período de apuração.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 78. (NR)

Art. 83-C. Extraviar, perder, inutilizar ou manter fora do estabelecimento, em local não autorizado, arquivo digital relativo à escrituração fiscal digital:

MULTA de 0,05% (cinco centésimos por cento) da soma dos valores contábeis das entradas e das saídas, não podendo ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), nem superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por arquivo digital.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 78. (NR)

Art. 83-D. Deixar de enviar ou exibir ao Fisco arquivo digital referente à escrituração digital:

MULTA de 0,05% (cinco centésimos) por cento da soma dos valores contábeis das entradas e das saídas, não podendo ser inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), nem superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por arquivo digital.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 78. (NR)

Art. 84. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO E À ENTREGA DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA CADASTRAL, ECONÔMICA OU FISCAL

Art. 85. Iniciar a atividade de estabelecimento sem a prévia inscrição no cadastro de contribuintes do imposto:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor das mercadorias em estoque, não inferior a R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 30% (trinta por cento) do valor das mercadorias em estoque, não inferior a 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 86. Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

NOTA:

V. art 1º da [Lei nº 13.742/06](#), com efeitos a partir de 02.05.06 – dispensa do pagamento da multa.

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) por documento ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento.

Art. 87. Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§ 1º A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de requisição, com prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à fiscalização efetuada durante o transporte de mercadorias, em que é obrigatório o porte dos documentos fiscais que deverão ser apresentados incontinenti às autoridades fazendárias.

§ 3º O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelo fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo ou tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

Art. 88. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às multas proporcionais previstas nesta seção.

Seção VII-A (Arts. 88-A a 88-E) – ACRESCIDOS - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

Seção VII-A **Das Infrações Relativas ao Selo Fiscal**

Art. 88-A. Deixar de aplicar selo fiscal exigido pela legislação tributária:

MULTA de 5% (cinco por cento) do valor da mercadoria irregular. (NR)

Art. 88-B. Aplicar de forma irregular selo fiscal exigido pela legislação tributária, que possibilite o uso ou consumo da mercadoria sem seu rompimento:

MULTA de 5% (cinco por cento) do valor da mercadoria irregular. (NR)

Art. 88-C. Deixar de comunicar ao Fisco o extravio de selo fiscal:

MULTA de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). (NR)

Art. 88-D. Reutilizar selo fiscal exigido pela legislação tributária:

MULTA de R\$ 5,00 (cinco reais) por selo, não inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (NR)

Art. 88-E. A imposição das penalidades de que trata esta Seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis. (NR)

SEÇÃO VIII **OUTRAS INFRAÇÕES**

Art. 89. Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio, a ação fiscalizadora:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 212,00 (duzentos e doze reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§§ 1º e 2º - ACRESCIDOS - Art. 1º da [Lei nº 13.237/04](#) - Efeitos a partir de 27.12.04:

§ 1º A multa prevista neste artigo será reajustada para R\$ 500,00 (quinhentos reais), no caso de não atendimento à sinalização de parada obrigatória nos postos de fiscalização, fixos ou móveis, de quaisquer veículos que estejam transportando bens, mercadorias ou passageiros. (AC)

§ 2º A imposição da penalidade de que trata este artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Parágrafo único, redação original vigente de 01.01.97 até 26.12.04

Parágrafo único. A imposição da penalidade de que trata este artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Art. 90. Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade capitulada em qualquer outro artigo desta Lei:

Art. 90 - MULTA - ALTERADO - Art. 23 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

MULTA de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 90 - MULTA - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

MULTA - valor convertido para Real a partir de 20.12.04 pelo Art. 2º da [Lei nº 13.194/04](#):

MULTA de R\$ 106,00 (cento e seis reais) ([Lei nº 13.194/04](#)).

MULTA - Valores expressos em UFIR até 19.12.04:

MULTA de 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único. Aplica-se a este artigo o disposto no parágrafo único do art. 89.

Arts. 90-A a 90-C - ACRESCIDOS - Art. 1º da [Lei nº 13.634/05](#)- Efeitos a partir de 22.12.05:

Art. 90-A. As administradoras de cartões de crédito, débito e similares que não entregarem as informações sobre as operações realizadas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar:

MULTA de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), por período de apuração e por contribuinte cujas informações não foram entregues ou informadas em desacordo. (NR)

Art. 90-B. Inocorrendo o atendimento previsto no [art. 46-A](#), o contribuinte que deixar de entregar as informações sobre as operações ou prestações realizadas pelo estabelecimento, referentes aos recebimentos que tenham ocorrido por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, no prazo estabelecido em intimação formal:

MULTA de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, não inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), por período de apuração cujas informações não foram entregues ou informadas em desacordo. (NR)

Art. 90-C. Ficam remetidos os créditos tributários, constituídos com base no inciso [II do § 1º do art. 73](#) desta Lei, decorrentes da não implantação de sistema de transferência de fundos nos termos da legislação aplicável.

§ 1º A remissão de que trata o caput alcança somente os créditos tributários constituídos contra contribuinte enquadrado, na data de constituição do respectivo crédito, no regime de que trata [a Lei nº 11.398, de 2000](#).

§ 2º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas. (NR)

SEÇÃO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 91. Constitui infração toda ação ou omissão que importe descumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, prevista na legislação.

Art. 92. Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

Art. 93. Considera-se fraude, para os fins deste Capítulo, toda ação ou omissão tendente a impedir ou retardar,

total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Art. 94. Considera-se inidôneo, para os efeitos desta Lei, fazendo prova apenas em favor do fisco, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação ou prestação a que se refere.

Art. 95. Considera-se transportador, para os fins previstos neste Capítulo, a pessoa identificada como tal no documento relativo ao transporte ou, na sua falta:

- I - o proprietário do veículo transportador;
- II - o arrendatário, se o veículo estiver submetido a arrendamento mercantil;
- III - o devedor fiduciante, se o veículo estiver submetido a alienação fiduciária em garantia.

Art. 96. As mercadorias transportadas ou estocadas sem documentação fiscal ou com documentação fraudulenta poderão ser retidas em depósito até a identificação do seu proprietário, que poderá levá-las, mediante assunção de responsabilidade pelo crédito tributário, caso em que contra ele será lavrada a notificação.

Parágrafo único. Caso o sujeito passivo não seja domiciliado neste Estado, deverá ser garantido o crédito tributário, mediante fiança idônea ou depósito de bens, valores ou títulos mobiliários.

Art. 97. As multas previstas neste capítulo serão majoradas em 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência.

§ 1º Considera-se reincidência o cometimento de nova infração ao mesmo dispositivo, no prazo de cinco anos contados da data:

- I - da decisão condenatória irrecorrível, na esfera administrativa, referente à infração anterior;
- II - do deferimento do pedido de parcelamento;
- III - do ciente da notificação, caso não ocorra nenhuma das hipóteses anteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às multas proporcionais previstas neste capítulo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 98. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 99. Os convênios celebrados pelo Estado, na forma prevista na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, “g”, da [Constituição Federal](#), somente produzirão efeitos após homologados pela Assembléia Legislativa.

Parágrafo único. Considera-se homologado o convênio se a Assembléia Legislativa não o rejeitar expressamente no prazo previsto na legislação complementar para sua ratificação.

Art. 100. Aplicam-se ao imposto de que trata esta Lei as disposições dos [arts. 62 a 85 da Lei nº 5.983](#), de 27 de novembro de 1981, bem como, no que não forem conflitantes, as demais normas da legislação tributária em vigor.

Art. 101 - ALTERADO – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

Art. 101. A microempresa e a empresa de pequeno porte sujeitam-se ao tratamento favorecido e diferenciado

instituído pela [Lei Complementar federal nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º A implementação das normas regulamentares estabelecidas pelo Comitê Gestor de Tributação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, previsto pelo [art. 2º](#), I, da Lei referida no *caput*, quando necessário, será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º, mantidos os incisos - ALTERADO – Art. 1º da [Lei nº 14.605/08](#) – Conversão da [MP 147/08](#) – Efeitos a partir de 11.12.08:

§ 2º Sujeitam-se ao disposto nesta Lei, inclusive quanto à imposição de penalidades:

§ 2º - Redação do art. 7º da Lei nº 14.461/08 vigente de 11.06.08 a 10.12.08:

§ 2º Sujeitam-se ao disposto nesta Lei Complementar, inclusive quanto à imposição de penalidades:

I - a microempresa e a empresa de pequeno porte que não optarem ou que não preencherem as condições para enquadramento no regime único de arrecadação de tributos; e

II - as operações e prestações não abrangidas pelo regime único de arrecadação de tributos, nos termos do art. 13, § 1º, XIII, da referida Lei Complementar.

§ 3º Para efeitos de recolhimento do imposto, ficam adotadas todas as faixas de receita bruta anual, previstas no art. 18 da [Lei Complementar federal nº 123](#), de 2006, até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 4º Será adotado o novo limite sempre que for atualizado o valor referido no § 3º, por necessidade de reposição do valor aquisitivo da moeda.

Art. 101 – Redação do Art. 4º da [Lei nº 14.264/07](#) – conversão da [MP 142/07](#) - Vigente de 29.11.07 a 10.06.08:

Art. 101. A microempresa e a empresa de pequeno porte sujeitam-se ao tratamento favorecido e diferenciado instituído pela Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (NR)

*§ 1º A implementação das normas regulamentares estabelecidas pelo Comitê Gestor de Tributação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, previsto pelo art. 2º, I, da Lei referida no *caput*, quando necessário, será feita por ato do Chefe do Poder Executivo. (NR)*

§ 2º Sujeitam-se ao disposto nesta Lei, inclusive quanto à imposição de penalidades: (NR)

I - a microempresa e a empresa de pequeno porte que não optarem ou que não preencherem as condições para enquadramento no regime único de arrecadação de tributos; (NR)

II - as operações e prestações não abrangidas pelo regime único de arrecadação de tributos, nos termos do art. 13, § 1º, XIII, da referida Lei Complementar. (NR)

§ 3º Para efeitos de recolhimento do imposto, ficam adotadas todas as faixas de receita bruta anual, previstas no art. 18 da Lei Complementar federal nº 123, de 2006, até o limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). (NR)

§ 4º Será adotado o novo limite sempre que for atualizado o valor referido no § 3º, por necessidade de reposição do valor aquisitivo da moeda. (NR)

Art. 101 – Redação dada pelo Art. 2º da [Lei nº 13.634/05](#), vigente de 22.12.05 a 28.11.07:

Art. 101. Aplica-se o disposto nesta Lei à microempresa e à empresa de pequeno porte, no que não contrarie as disposições da Lei nº 11.398, de 08 de maio de 2000.

Parágrafo único. As empresas enquadradas no SIMPLES/SC, na forma da Lei nº 11.398, de 2000, ficam desobrigadas da instalação de sistema de transferência eletrônica de fundos, desde que as informações relativas às suas operações e prestações, cujo pagamento seja realizado por meio de cartão de crédito, débito ou similar, sejam prestadas pelas administradoras de cartão à Secretaria de Estado da Fazenda. (NR)

Art. 101 - Redação original vigente de 01.01.97 a 21.12.05:

Art. 101. Aplica-se o disposto nesta Lei à microempresa e à empresa de pequeno porte, no que não contrarie as disposições da Lei nº 9.830, de 16 de fevereiro de 1995.

Art. 101-A - ALTERADO – Art. 7º da [Lei nº 14.461/08](#) - Efeitos a partir de 11.06.08:

Art. 101-A Nas operações realizadas por estabelecimentos localizados no Estado de Santa Catarina e enquadrados no regime de que trata a [Lei Complementar federal nº 123](#), de 2006, o Poder Executivo fica autorizado a conceder crédito presumido aos destinatários das mercadorias, em percentual a ser definido em regulamento, que levará em consideração o setor econômico envolvido e a respectiva repercussão na arrecadação estadual.

Art. 101-A - Redação do Art. 4º da Lei nº 14.264/07 – conversão da MP 142/07 - Vigente de 21.12.07 a 09.06.08:

Art. 101-A. Nas operações realizadas por estabelecimentos localizados no Estado de Santa Catarina e enquadrados no regime de que trata a Lei Complementar federal nº 123, de 2006, o Poder Executivo fica autorizado a conceder crédito presumido aos destinatários das mercadorias, em percentual a ser definido em regulamento, que levará em consideração o setor econômico envolvido e a respectiva repercussão na arrecadação estadual.

Art. 102. O [art. 69 da Lei nº 5.983](#), de 27 de novembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 69. O imposto pago fora do prazo previsto na legislação tributária será acrescido de juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulados mensalmente.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também ao crédito tributário parcelado.

§ 2º Na falta da taxa referida no “caput”, devido a modificação superveniente da legislação, o juro será de 1% (um por cento) ao mês ou fração.”

Art. 103. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - a partir de 16 de setembro de 1996, quanto:

a) à não-incidência do imposto sobre as operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, bem como sobre prestações de serviços para o exterior;

b) ao direito ao crédito, que não será objeto de estorno, relativo às mercadorias entradas no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior;

c) à transferência de créditos acumulados a que se refere o “caput” do art. 31;

II - ALTERADO - Art. 7º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

II - a partir de 1º de novembro de 1996, quanto ao crédito das mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento;

II - Redação original vigente de 01.01.97 a 31.12.00:

II - a partir de 1º de novembro de 1996, quanto:

a) ao crédito de energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento;

b) ao crédito das mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento;

III - a partir de 1º de janeiro de 1997, relativamente:

a) ao transporte aéreo;

b) às infrações e penalidades;

IV - ALTERADO - Art. 1º da [Lei 15459/11](#) – conversão da [MP nº 187/10](#) – Efeitos a partir de 01.01.11 :

IV – a partir da data prevista no inciso I do art. 33 da [Lei Complementar federal nº 87, de 13 de setembro de](#)

[1996](#), quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

IV - Redação do Art. 23 da [Lei nº 13.992/07](#) - conversão da [MP nº 130/06](#) - vigente de 21.11.06 a 31.12.10:

IV - a partir de 1º de janeiro de 2011, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento. (NR)

IV - Redação dada pelo Art. 7º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) vigente de 01.01.03 a 20.11.06:

IV - a partir de 1º de janeiro do ano de 2007, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

IV - Redação dada pelo Art. 7º da [Lei nº 11.648/00](#) vigente de 01.01.01 a 31.12.02:

IV - a partir de 1º de janeiro do ano 2003, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

IV - Redação dada pelo Art. 18 da [Lei nº 10.789/98](#) vigente de 03.07.98 a 31.12.00:

IV - a partir de 1º de janeiro do ano 2000, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

IV - Redação original vigente de 01.01.97 a 02.07.98:

IV - a partir de 1º de janeiro de 1998, quanto ao direito ao crédito relativo às mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento.

Parágrafo único - ACRESCIDO - Art. 7º da [Lei nº 11.648/00](#) - Efeitos a partir de 01.01.01:

Parágrafo único. Na aplicação do art. 22 será observado o seguinte:

I - somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento:

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) quando consumida no processo de industrialização;

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre o total das saídas e prestações;

“d” - ALTERADA - Art. 1º da [Lei 15459/11](#) – conversão da [MP nº 187/10](#) – Efeitos a partir de 01.01.11 :

d) a partir da data prevista na alínea “d” do inciso II do art. 33 da [Lei Complementar federal nº 87, de 1996](#), nas demais hipóteses;

“d” - Redação do Art. 23 da [Lei nº 13.992/07](#) - conversão da [MP nº 130/06](#) - vigente de 21.11.06 a 31.12.10:

d) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses; (NR)

“d” - Redação dada pelo Art. 7º da [Lei nº 12.567/03](#) - Conversão da [MP nº 108/02](#) vigente de 01.01.03 a 20.11.06:

d) a partir de 1º de janeiro do ano de 2007, nas demais hipóteses;

“d” - Redação original vigente de 01.01.01 a 31.12.02:

d) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses;

II - somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento:

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre o total das saídas e prestações;

“c” - ALTERADA - Art. 1º da [Lei 15459/11](#) – conversão da [MP nº 187/10](#) – Efeitos a partir de 01.01.11 :

c) a partir da data prevista na alínea “c” do inciso IV do art. 33 da [Lei Complementar federal nº 87, de 1996](#), nas

demais hipóteses.

“c” - Redação do Art. 23 da Lei nº 13.992/07 - conversão da MP nº 130/06 - vigente de 21.11.06 a 31.12.10:

c) a partir de 1º de janeiro de 2011, nas demais hipóteses; (NR)

“c” - Redação dada pelo Art. 7º da Lei nº 12.567/03 - Conversão da MP nº 108/02 vigente de 01.01.03 a 20.11.06:

c) a partir de 1º de janeiro de 2007, nas demais hipóteses.

“c” - Redação original vigente de 01.01.01 a 31.12.02:

c) a partir de 1º de janeiro de 2003, nas demais hipóteses.

Art. 104 - ACRESCIDO -Art. 38 da Lei nº 10.789/98 - Efeitos a partir de 03.07.98:

Art. 104. Aplica-se às operações envolvendo a circulação das mercadorias denominadas “areia”, “pedra britada” e “pedra ardósia” o mesmo tratamento tributário dispensado às mercadorias “telha, tijolo, tubo e manilha”, sem prejuízo do disposto no [art. 43](#), desta Lei.

Art. 105 - RENUMERADO o Art. 104 - Art. 38 da Lei nº 10.789/98 - Efeitos a partir de 03.07.98:

Art. 105. Revogam-se as disposições em contrário.

Notas:

1) V. Art. 1º, 3º e 7º da Lei nº 13.992/07 – conversão da MP nº 130/06 - PRÓ-EMPREGO.

2) V. Lei nº 13.707/06 - PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS FÍSICAS.

Florianópolis, 30 de dezembro de 1996

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

SEÇÃO I

LISTA DOS PRODUTOS SUPÉRFLUOS

01. Cervejas e chope, da posição 2203
02. Demais bebidas alcoólicas, das posições 2204, 2205, 2206 e 2208
03. Cigarro, cigarrilha, charuto e outros produtos manufaturados de fumo, das posições 2402 e 2403
04. Perfumes e cosméticos, das posições 3303, 3304, 3305 e 3307
05. Peleteria e suas obras e peleteria artificial, do Capítulo 43
06. Asas-delta do código 8801.10.0200
07. Balões e dirigíveis, do código 8801.90.0100
08. Iates e outros barcos e embarcações de recreio ou esporte, barcos a remo e canoas, da posição 8903
09. Armas e munições, suas partes e acessórios, do Capítulo 93

NOTA: Os produtos estão classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, aprovado pelo Decreto nº 97.409, de 23 de dezembro de 1988 e suas alterações

posteriores.

SEÇÃO II

LISTA DE MERCADORIAS DE CONSUMO POPULAR

01. Carnes e miudezas comestíveis frescas, resfriadas, congeladas ou temperadas de aves das espécies domésticas

02. Carnes e miudezas comestíveis frescas, resfriadas, congeladas de bovino, bufalino, suíno, ovino, caprino e coelho

03. Charque e carne de sol

04. Erva-mate beneficiada

05. Açúcar

06. Café torrado em grão ou moído

07. Farinha de trigo, de milho e de mandioca

08. Leite e manteiga

09. Banha de porco prensada

10. Óleo refinado de soja e milho

11. Margarina e creme vegetal

12. Espaguete, macarrão e aletria

13. Pão

14. Sardinha em lata

15. Vinagre

16. Sal de cozinha

17 - ACRESCIDO - Art. 1º da [Lei nº 10.727/98](#) - Efeitos a partir de 01.04.98:

17. Queijo (Lei 10.727/98).

SEÇÃO III

LISTA DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

01. Animais vivos:

01.1. Das espécies cavalar, asinina e muar

01.2. Da espécie bovina

01.3. Da espécie suína

01.4. Das espécies ovina e caprina

01.5. Aves das espécies domésticas

01.6. Coelhos

01.7. Abelha rainha

01.8. Chinchila

02. Peixes e crustáceos, moluscos:

02.1. Peixes frescos, congelados ou resfriados

02.2. Crustáceos mesmo sem casca vivos, frescos, congelados ou resfriados

02.3. Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, congelados ou resfriados

03. Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis frescos:

03.1. Batata

03.2. Tomates

03.3. Cebolas, alho comum, alho-poró e outros produtos aliáceos

03.4. Couves, couve-flor, repolho ou couve frisada, couve-rábano e produtos comestíveis semelhantes

03.5. Cenouras, nabos, beterrabas para salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes, e raízes comestíveis semelhantes

03.6. Pepinos e pepininhos

03.7. Ervilhas, feijão, grão de bico, lentilhas e outros legumes de vagem legumes com ou sem vagem

03.8. Alcachofras

03.9. Beringelas

03.10. Aipo

03.11. Cogumelos

03.12. Pimentões e pimentas

03.13. Espinafres

03.14. Raízes de mandioca, de araruta e de salepo, topinambos, batatas-doces, inhame e outras raízes e tubérculos comestíveis

04. Frutas frescas

05. Café, chá, mate e especiarias

- 05.1. Café não torrado
- 05.2. Chá em folhas frescas
- 05.3. Mate em rama ou cancheada
- 05.4. Baunilha
- 05.5. Canela e flores de caneleira
- 05.6. Cravo-da-índia (frutos, flores e pedúnculos)
- 05.7. Noz-moscada, macis, amomos e cardamomos
- 05.8. Sementes de anis, badiana, funcho, coentro, cominho e de alcaravia, bagas de zimbro
- 05.9. Gengibre, açafrão-da-terra (curcuma), tomilho, louro
- 06. Cereais
 - 06.1. Trigo
 - 06.2. Centeio
 - 06.3. Cevada
 - 06.4. Aveia
 - 06.5. Milho em espiga ou grão
 - 06.6. Arroz, inclusive descascado
 - 06.7. Sorgo
 - 06.8. Trigo mourisco, painço e alpiste
- 07. Sementes e frutos oleaginosos, palhas e forragens
 - 07.1. Soja
 - 07.2. Amendoins não torrados, mesmo descascados
 - 07.3. Copra
 - 07.4. Sementes de linho, colza, girassol, algodão, rícino, gergelim, mostarda
 - 07.5. Cana-de-açúcar
- 08. Fumo em folha
- 09. Lenha e madeiras em toras
- 10. Casulos de bicho-da-seda

11. Ovos de aves, com casca, frescos

12. Mel natural

SEÇÃO IV

LISTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

01. TRATORES

01.1. Tratores rodoviários para semi-reboques

01.1.1. Caminhão-tractor do tipo comercial ou comum, inclusive adaptado ou reforçado
8701.20.0200

01.1.2. Outros 8701.20.9900

02. VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA O TRANSPORTE DE DEZ PESSOAS OU MAIS, INCLUINDO O MOTORISTA (CONDUTOR)

02.1. Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)

02.1.1. Ônibus, mesmo articulados, com capacidade para mais de 20 passageiros
8702.10.0100

02.1.2. Ônibus-leito, com capacidade para até 20 passageiros 8702.10.0200

02.1.3. Outros 8702.10.9900

02.2. Outros veículos automóveis para o transporte de dez pessoas ou mais, incluindo o motorista (condutor)
8702.90.0000

03. AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PRINCIPALMENTE CONCEBIDOS PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS

03.1. Veículos com motor de pistão alternativo, ignição por centelha (faísca)

03.1.1. Outros de cilindrada não superior a 1.000 cm³ 8703.21.9900

03.1.2. Automóveis de passageiros com motor a gasolina de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³ 8703.22.0101 e 8703.22.0199

03.1.3. Automóveis de passageiros com motor a álcool de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³ 8703.22.0201 e 8703.22.0299

03.1.4. Jipes de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³ 8703.22.0400

03.1.5. Veículos de uso misto de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³
8703.22.0501 e 8703.22.0599

03.1.6. Outros de cilindrada superior a 1.000 cm³, mas não superior a 1.500 cm³ 8703.22.9900

03.1.7. Automóveis de passageiros com motor a gasolina de até 100 HP de potência SAE e cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0101 e 8703.23.0199

03.1.8. Automóveis de passageiros com motor a gasolina de mais de 100 HP de potência SAE e cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0201 e 8703.23.0299

03.1.9. Automóveis de passageiros com motor a álcool de até 100 HP de potência SAE e cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0301 e 8703.23.0399

03.1.10. Automóveis de passageiros com motor a álcool de mais de 100 HP de potência SAE e cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0401 e 8703.23.0499

03.1.11. Ambulância de cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0500

03.1.12. Jipes de cilindrada superior a 1500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.0700

03.1.13. Veículos de uso misto de cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ 8703.23.1001, 8703.23.1002 e 8703.23.1099

03.1.14. Outros de cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 3.000 cm³ ... 8703.23.9900

03.1.15. Automóveis de passageiros com motor a gasolina de cilindrada superior a 3.000 cm³ 8703.24.0101 e 8703.24.0199

03.1.16. Automóveis de passageiros com motor a gasolina de cilindrada superior a 3.000 cm³ 8703.24.0201 e 8703.24.0299

03.1.17. Ambulância de cilindrada superior a 3.000 cm³ 8703.24.0300

03.1.18. Jipes de cilindrada superior a 3.000 cm³ 8703.24.0500

03.1.19. Veículos de uso misto de cilindrada superior a 3.000 cm³ 8703.24.0801 e 8703.24.0899

03.1.20. Outros de cilindrada superior a 3000 cm³ 8703.24.9900

03.2. Veículos, com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel e semidiesel)

03.2.1. Jipes de cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 2.500 cm³ 8703.32.0400

03.2.2. Veículos de uso misto de cilindrada superior a 1.500 cm³, mas não superior a 2.500 cm³ 8703.32.0600

03.2.3. Ambulância de cilindrada superior a 2.500 cm³ 8703.33.0200

03.2.4. Jipes de cilindrada superior a 2.500 cm³ 8703.33.0400

03.2.5. Veículos de uso misto de cilindrada superior a 2.500 cm³ 8703.33.0600

03.2.6. Outros de cilindrada superior a 2.500 cm³ 8703.33.9900

04. VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS

04.1 Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)

04.1.1.	Caminhão de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	704.21.0100
04.1.2. toneladas	Caminhonetes, furgões, “pick-ups” e semelhantes de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas 704.21.0200	
04.1.3. toneladas	Caminhão de capacidade máxima de carga superior a 5 toneladas, mas não superior a 20 toneladas 704.22.0100	
04.1.4.	Caminhão de capacidade máxima de carga superior a 20 toneladas	704.23.0100
04.2	Com motor de pistão, ignição por centelha (faísca)	
04.2.1.	Caminhões de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	704.31.0100
04.2.2. toneladas	Caminhonetes, furgões, “pick-ups” e semelhantes de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas 704.31.0200	
04.2.3. toneladas	Caminhões, pesando acima de 4.000 kg de capacidade de carga máxima de carga superior a 5 toneladas 704.32.0100	
04.2.4.	Outros de carga máxima de carga superior a 5 toneladas	704.32.9900
05. CHASSIS COM MOTOR PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		
05.1.	Para ônibus e microônibus	8706.00.0100
05.2.	Para caminhões	8706.00.0200
06. MOTOCICLETAS (INCLUÍDOS OS CICLOMOTORES) E OUTROS CICLOS EQUIPADOS COM MOTOR AUXILIAR, MESMO COM CARRO LATERAL; CARROS LATERAIS		
		8711

itens 07 a 07.9 - ACRESCIDOS - Art. 24 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

07. VEÍCULOS PESADOS:

- 07.1. Empilhadeira - 8427.2090
- 07.2. Transpaleteira - 8428.1000
- 07.3. Trator de Esteiras - 8429.1190
- 07.4. Motoniveladora - 8429.2090
- 07.5. Rolo Compactador - 8429.4000
- 07.6. Mini Retroescavadeira - 8429.5192
- 07.7. Pá Carregadeira - 8429.5199
- 07.8. Escavadeira Hidráulica - 8429.5219
- 07.9. Retroescavadeira - 8429.5900

NOTA: Os produtos estão classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, aprovado pelo Decreto nº 97.409, de 23 de dezembro de 1988 e suas alterações posteriores.

SEÇÃO V - ALTERADA - Art. 25 da [Lei nº 14.967/09](#) – Efeitos a partir de 07.12.09:

SEÇÃO V

LISTA DE PRODUTOS SUJEITOS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

01. Carnes e miudezas e seus derivados.
02. Leite e seus derivados.
03. Produtos em grãos, cereais, hortícolas, tubérculos, plantas comestíveis e frutas, preparados, conservados, congelados ou não, cozidos ou não.
04. Café, chá, mate, cacau e seus derivados, preparações e suas misturas, extratos, essências e concentrados.
05. Produtos da indústria de moagem, preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou leite, produtos de padaria, pastelaria e confeitaria, açúcares, edulcorantes, adoçantes e similares, complementos alimentares.
06. Plantas, partes de plantas, sementes, grãos e frutos industriais ou medicinais.
07. Gorduras e óleos animais ou vegetais, produtos da sua dissociação, gorduras alimentares elaboradas, ceras de origem animal ou vegetal e margarinas.
08. Preparações, extratos, conservas de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos.
09. Temperos, molhos, condimentos, vinagre e preparações semelhantes.
10. Preparações para caldos, sopas, preparações alimentícias compostas.
11. Bebidas, líquidos, sucos, alcoólicos ou não, extratos destinados à sua preparação, água e gelo.
12. Rações, preparações, líquidos e outros produtos utilizados na alimentação de animais e aves terrestres e marinhos.
13. Tabaco e seus sucedâneos manufaturados, cachimbos, piteiras, isqueiros e acendedores.
14. Ardósia, mármore, granito, pedras artificiais e outras pedras, cimento, cal, clinkers, gesso, mica, argamassa, rejunte, amianto, fibrocimento, plástico, PVC, cerâmica, borracha, espelho, vidro, fibra de vidro, fibra de carbono e concreto, suas obras, artefatos, partes e acessórios.
15. Gás, combustíveis, lubrificantes, óleos e graxas, derivados ou não de petróleo, materiais betuminosos, xisto e seus derivados, outros produtos derivados de petróleo.
16. Produtos químicos orgânicos ou inorgânicos: compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos, bases, óxidos, hidróxidos, hidrocarbonetos, alcoóis, ácidos, solventes, diluentes, produtos a base de silicone, sais, provitaminas, vitaminas, hormônios.

17. Produtos farmacêuticos de uso humano ou não.

18. Produtos tanantes e tintoriais, taninos e seus derivados, pigmentos e matérias corantes, lacas, tintas, vernizes, adesivos, selantes, produtos impermeabilizantes, iniciadores e aceleradores de reação ou fixação, indutos, mástiques, massas, pastas, resinas e agentes de apresto ou acabamento, plastificantes, congelantes, descongelantes, aglutinantes, tintas de escrever.

19. Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria ou de toucador, cosméticos, preparações ou materiais para higiene bucal, artigos de higiene pessoal, preparações para manicuros e pedicuros, repelentes.

20. Sabões, detergentes, desinfetantes, clarificantes, amaciantes, álcool de uso doméstico, produtos para arear ou dar brilho, produtos de conservação, de limpeza, de higiene, desodorizantes, odorantes, purificadores de ambientes, agentes orgânicos de superfície, abrasivos, preparações lubrificantes, ceras, anticorrosivos, desengraxantes, removedores, antioxidantes, antidetonantes, desumidificadores, aditivos, fluidos, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, ceras para dentistas e composições para dentistas à base de gesso.

21. Produtos químicos de limpeza e conservação de piscinas, de recarga de extintores.

22. Matérias albuminóides, produtos à base de amidos ou de féculas modificados, colas, enzimas.

23. Fungicidas, inseticidas, raticidas, germicidas, cupinicidas, rodenticidas, algicidas, dedetizadores, reguladores de crescimento de plantas.

24. Artefatos de couro ou pele de qualquer espécie, naturais, reconstituídos ou artificiais, artigos de correeiro ou de seleiro.

25. Carvão, obras e artefatos de madeira, obras de espartaria e de cestaria, cortiça, papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão.

26. Decalcomanias de qualquer espécie.

27. Algodão, malha, fibras, fios, filamentos e lâminas têxteis, sintéticos ou artificiais.

28. Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos, fios especiais, cordéis, cordas e cabos, artigos de cordoaria.

29. Tecidos, roupa de cama, mesa, banho e de toucador, confecções, etiquetas, mangueiras, revestimentos, tubos, telas, tapetes, artigos para uso técnico e outros artefatos e acessórios de matérias têxteis.

30. Vestuário, calçados, cintos, artigos de viagem, e respectivos acessórios.

31. Chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, penas e suas obras, flores, folhagem e frutos artificiais.

32. Perucas, barbas, sobrancelhas, pestanas, madeixas e artefatos semelhantes.

33. Instrumentos, armações, equipamentos, peças e acessórios para uso ou aplicação no cabelo.

34. Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados (plaquê) de metais preciosos, pedras sintéticas ou reconstituídas, bijuterias.

35. Ferro, ferro fundido, aço, cobre, alumínio, zinco, chumbo, estanho, níquel, ligas de metais, misturas

sinterizadas e outros metais comuns, suas obras, artefatos, partes e acessórios.

36. Ferramentas, aquecedores, utilidades domésticas, artefatos de cutelaria e talheres e suas partes, de metais comuns.

37. Cadeados, fechaduras, ferrolhos, guarnições, chaves, cofres, portas, janelas, tubos, móveis, cabides, materiais de uso e consumo e outros artefatos de metais comuns.

38. Fios, varetas, chapas, eletrodos, pós e artefatos semelhantes para soldadura ou metalização por projeção, outras preparações para solda e decapagem.

39. Lâmpadas, reatores, starters, materiais elétricos e suas peças, partes, componentes e acessórios.

40. Lustres, abajures, guirlandas, lanternas, luminárias, refletores, artigos luminosos, aparelhos de iluminação elétricos ou não, suas partes, peças e acessórios.

41. Equipamentos eletrônicos, eletroeletrônicos e de informática, suas peças, partes, componentes e acessórios.

42. Discos, fitas, dispositivos de armazenamento não-volátil de dados à base de semicondutores, "cartões inteligentes" (*smart cards*), aparelhos e equipamentos para transmissão e recepção de voz, imagens ou outros dados, para gravação ou reprodução de som, imagens ou para gravações semelhantes, suas peças, componentes, partes e acessórios.

43. Eletrodomésticos, eletromecânicos, máquinas, geradores, aparelhos, materiais, equipamentos e instrumentos mecânicos e elétricos e suas partes e acessórios.

44. Veículos automóveis para transporte de passageiros e de carga ou mercadorias, motores, tratores, reboques, semirreboques, chassis, carroçarias, ciclos em geral, motocicletas, bicicletas, carrinhos para transporte de crianças e outros veículos terrestres, suas partes, peças, componentes, equipamentos e acessórios.

45. Aeronaves, helicópteros, balões e dirigíveis, planadores, asas voadoras, parapentes, páraquedas, aparelhos espaciais, turbinas, reatores, motores, suas peças, partes, componentes, equipamentos e acessórios.

46. Embarcações, estruturas flutuantes, turbinas, reatores, motores, velas para embarcações, suas peças, partes, componentes, equipamentos e acessórios náuticos.

47. Equipamentos e aparelhos de óptica, de medida, de controle ou de precisão, artigos, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, suas partes, peças, componentes e acessórios.

48. Filmes fotográficos, cinematográficos, *slides*, câmeras, projetores, instrumentos e aparelhos de fotografia, cinematografia, de gravação ou reprodução de som ou imagem, suas partes, peças e acessórios.

49. Aparelhos, artefatos e produtos de relojoaria e de joalheria, instrumentos musicais, suas partes, peças e acessórios.

50. Colchões, suportes elásticos para camas, edredons, cobertores, mantas, almofadas, travesseiros e artigos semelhantes, sanefas e artigos semelhantes para camas, cortinados e cortinas, reposteiros e estores, encerados e toldos, barracas e artigos para acampamento.

51. Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, cadeiras e equipamentos de salões de cabeleireiro ou de toucador, suas partes, peças e acessórios.

52. Brinquedos, piscinas, artigos e equipamentos para divertimento, jogos, festas, pesca, cultura física, ginástica, atletismo e outros esportes, suas partes, peças e acessórios.
53. Vassouras, rodos, escovas, pincéis, rolos, esfregões, espanadores e artigos semelhantes.
54. Artigos de papelaria, quadros, mesas, equipamentos e instrumentos para escrever ou desenhar, suas peças, partes e acessórios.
55. Aparelhos ou equipamentos de barbear ou depilar, suas peças, partes e acessórios.
56. Conjunto de viagem para toucador, costura e limpeza, manequins e autômatos.
57. Quaisquer mercadorias comercializadas pelo sistema porta-a-porta.
58. Energia elétrica.
59. Sorvetes, picolés e derivados e produtos necessários à sua produção.
60. Pilhas, baterias e acumuladores.
61. Armas e munições, suas peças, partes e acessórios, fogos de artifício e artigos de pirotecnia.

SEÇÃO V - Redação original vigente de 01.01.97 a 06.12.09:

SEÇÃO V

LISTA DE PRODUTOS SUJEITOS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

- | | |
|--|-------------|
| 01. Preparações alimentícias diversas | 2101 a 2106 |
| 02. Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres | 2201 a 2209 |
| 03. Fumo (tabaco), e seus sucedâneos manufaturados | 2401 a 2403 |
| 04. Cimento | 2523 |

05 – Redação do Art. 2º da Lei nº 14.605/08 – Conversão da MP 147/08 – vigente de 11.12.08 a 06.12.09:

05. Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas; ceras minerais; energia elétrica
2701 a 2716, 3403, 3811, 3819, 3824

05 – Redação original vigente de 01.01.97 a 10.12.08:

- | | | |
|-----|--|-------------|
| 05. | Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas; ceras minerais; energia elétrica | 2701 a 2716 |
| 06. | Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas | 2821 |
| 07. | Provitaminas, vitaminas e hormônios | 2936 a 2937 |
| 08. | Produtos farmacêuticos | 3001 a 3006 |
| 09. | Pigmentos e outras matérias corantes, tintas e vernizes, mástiques, tintas de escrever | 3204 a 3215 |

10 - Redação do Art. 4º da Lei nº 14.264/07 – conversão da MP 142/07 - vigente de 29.11.07 a 06.12.09:

10. Produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas e de higiene pessoal
2712, 2814, 2847, 2914, 3301, 3303 a 3307, 4202, 5201, 5601, 8203, 8214, 9025, 9603, 9605, 9615, 9616 (NR)

10 - Redação original vigente de 01.01.97 a 28.11.07:

- | | | |
|-----|--|-------------|
| 10. | Produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas | 3303 a 3307 |
| 11. | Sabões; agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar | 3401 a 3407 |
| 12. | Matérias albuminóides, produtos à base de amidos ou de féculas modificadas; colas; enzimas | 3501 a 3507 |
| 13. | Produtos diversos das indústrias químicas | 3801 a 3823 |
| 14. | Plásticos e suas obras | 3901 a 3926 |

15. Borracha e suas obras 4001 a 4017
16. Papel higiênico, lenços, toalhas de mão, toalhas e guardanapos de mesa, fraldas para bebês, absorventes e tampões higiênicos, lenços e artigos semelhantes para usos domésticos, de toucador higiênicos ou hospitalares, vestuário e seus acessórios, de pasta de papel, papel, pasta ("ouate") de celulose ou de mantas de fibras de celulose 4818
17. Fios de filamentos sintéticos (exceto linhas para costurar) acondicionados para venda a retalho 5406
18. Pastas ("ouates") de matérias têxteis e artigos destas pastas; fibras têxteis de comprimento não superior a 5 mm ("tontisses"), nós e bolotas de matérias têxteis 5601
19. Fraldas para bebê 6111 e 6209
20. Obras de fibrocimento, cimento-celulose e produtos semelhantes 6811
21. Vidro e suas obras 7001 a 7020
22. Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios 8701 a 8716
23. Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária 9018
24. Vassouras, escovas, pincéis e artigos semelhantes 9603
- 25 e 26 - Redação ACRESCIDA - Art. 2º da Lei nº 13.074/04 – vigente de 30.07.04 a 06.12.09:**
25. Carnes de animais da espécie bovina (inclusive bufalinos) 0201 a 0202 (AC)
26. Miudezas comestíveis da espécie bovina (inclusive bufalinos) 0206.1 e 0206.2 (AC)
- 27 a 43 - Redação ACRESCIDA - Art. 4º da Lei nº 14.264/07 – conversão da MP 142/07 – vigente de 29.11.07 a 06.12.09:**
27. Filmes fotográficos e cinematográficos, diapositivos 3701, 3702 e 3705 (NR)
28. Pilhas e baterias elétricas 8506 (NR)
29. Lâmpada elétrica e eletrônica 8539 e 8540 (NR)
30. Reator e starter 8504.10 e 8536.50.90 (NR)
- 31 – Redação do Art. 2º da Lei nº 14.605/08 – Conversão da MP 147/08 – vigente de 11.12.08 a 06.12.09:**
31. Peças, componentes e acessórios para autopropulsados
3815, 3917 a 3926, 4005 a 4016, 4504, 4819, 4823, 5705, 5903, 5909, 6306, 6506, 6812, 6813, 7007 a 7014, 7214, 7308 a 7326, 7412, 7415, 7806, 8007, 8301 a 8310, 8407 a 8484, 8504 a 8545, 8707 a 8716, 9025 a 9032, 9104, 9401, 9613
- 31 – Redação original vigente de 01.01.97 a 10.12.08:**
31. Peças, componentes e acessórios para autopropulsados classificados nas posições 8701 a 8716
5705, 5903, 6306, 6506, 6812, 6813, 7311, 7320, 7322, 7325, 7806, 8007, 8301, 8302, 8407 a 8409, 8413 a 8415, 8421, 8425, 8482 a 8484, 8507, 8511, 8512, 8514, 8518, 8519, 8525, 8527, 8529, 8535, 8536, 8539, 8544, 8707, 8708, 8714, 8716, 9026, 9032, 9029, 9104 e 9401 (NR)
32. Materiais de construção, acabamento, bricolagem e adorno
3214, 3824, 4408, 4411, 4418, 4421, 4814, 5704, 6303, 6802, 6805, 6807, 6810, 6902, 6907, 6908, 6910, 6912, 7213, 7214, 7216, 7217, 7307, 7308, 7310, 7312, 7315, 7317, 7318, 7323 a 7326, 7407, 7411 a 7413, 7415, 7605, 7607 a 7610, 7614 a 7616, 8301, 8302, 8307, 8311, 8413, 8419, 8481, 8504, 8515 a 8517, 8529, 8531, 8532, 8535 a 8538, 8541, 8543, 8544, 8546, 8547, 9019, 9030, 9032, 9033, 9107 e 9405 (NR)
33. Artigos de papelaria 3824, 4202, 4420, 4421, 4802, 4806, 4808, 4810, 4816, 4820, 5202, 5210, 5509, 7607, 8214, 8304, 9017, 9608, 9609 e 9610 (NR)
34. Ferramentas e suas partes 4417, 8201 a 8209, 8211, 8213 e 8467 (NR)
35. Material de limpeza 7418 e 7615 (NR)
36. Artigos de colchoaria 9404 (NR)
37. Fitas magnéticas, discos fonográficos e outros suportes para gravação de som e imagem 8523 e 8524
38. Navalhas, lâminas e aparelhos de barbear 8212 (NR)
39. Isqueiros 9613 (NR)
40. Produtos ópticos 9001, 9003 e 9004 (NR)
41. Rações tipo pet para animais domésticos 2309 (NR)
42. Aparelhos transmissores (celular) 8525 (NR)
43. Óleos e azeites 1507 a 1510, 1512, 1515 e 1517 (NR)
- 44 a 69 – Redação ACRESCIDA – Art. 2º da Lei nº 14.605/08 – Conversão da MP 147/08 – vigente de 11.12.08 a 06.12.09:**
44. Rodilhas, esfregões, flanelas e artefatos de limpeza semelhantes 6307

45. Água sanitária, alvejante, acidulante 2828
46. Aquecedores de ambiente, fogões de cozinha, churrasqueiras (grelhadores), braseiras, fogareiros a gás, aquecedores de pratos, e aparelhos não elétricos semelhantes. 7321
47. Ventiladores e coifas 8414
48. Máquinas e aparelhos de ar-condicionado 8415
49. Refrigeradores, congeladores ("freezers") e outros materiais, máquinas e aparelhos para a produção de frio 8418
50. Máquinas de lavar e secar 8421, 8422, 8450, 8451
51. Aparelhos e instrumentos de pesagem 8423
52. Máquinas e aparelhos de impressão 8443
53. Máquinas de costura 8452
54. Máquinas para serrar ou seccionar 8461
55. Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou com motor (elétrico ou não elétrico) incorporado, de uso manual 8467
56. Máquinas de calcular e máquinas de bolso que permitam gravar, reproduzir e visualizar informações, com função de cálculo incorporada 8470
57. Aspiradores 8508
58. Aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado, de uso doméstico 8509
59. Aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado, de uso doméstico 8510
60. Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes; aparelhos eletrotérmicos para arranjos do cabelo ou para secar as mãos; ferros elétricos de passar; outros aparelhos eletrotérmicos para uso doméstico 8516
61. Microfones e seus suportes; alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos; fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de áudiofrequência; aparelhos elétricos de amplificação de som 8518
62. Aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som 8519
63. Câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo 8525
64. Aparelhos receptores para radiodifusão, mesmo combinados num mesmo invólucro, com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio 8527
65. Aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou reprodução de som ou de imagens 8528
66. Lentes, prismas, espelhos e outros elementos de óptica 9002
67. Binóculos; lunetas; telescópios ópticos 9005
68. Câmeras fotográficas; aparelhos e dispositivos para fotografia 9006
69. Garrafas térmicas e outros recipientes isotérmicos 9617
- NOTA: Os produtos estão classificados de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, aprovado pelo Decreto nº 97.409, de 23 de dezembro de 1988 e suas alterações posteriores.

SEÇÃO VI - ACRESCIDA - Art. 2º da [Lei nº 13.841/06](#) - Efeitos a partir de 01.10.06:

SEÇÃO VI

LISTA DE MERCADORIAS INTEGRANTES DA CESTA BÁSICA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

01. Areia	2505.10.00
02. Plásticos:	
02.1. pias e lavatórios	3922.10
02.2. calhas beiral e respectivos acessórios, para chuva	3925.90.00
02.3. tubos soldáveis para água fria	3917.2
02.4. tubos soldáveis para esgoto	3917.2

02.5. conexões soldáveis para água fria	3917.4	
02.6. conexões soldáveis para esgoto	3917.4	
02.7. torneiras	8481.80.19	
02.8. assentos e tampas, para sanitário	3922.20.00	
02.9. caixas de descarga para sanitário	3922.90.00	
02.10. caixas d'água de até 4.000 litros	3925.10	
02.11. registros de esfera, de pressão ou gaveta	8481.80.93 e 8481.80.95	
03. Madeira de pinus ou eucalipto:		
03.1. tábuas	4408	
03.2. caibros e sarrafos	4408	
03.3. assoalhos e forros	4408	
03.5. janelas, portas, caixilhos e alizares	4418.20	
04. Fibrocimento:		
04.1. caixas d'água de até 4.000 litros	3925.10	
04.2. telhas de até 5 mm de espessura	6811.20.00	
05. Vidros planos de até 3 mm de espessura	7005.2	
06. Cubas e pias de aço inoxidável de até 1,30 m de comprimento, para cozinha		7324.10
07. Portas, janelas, caixilhos, alizares e soleiras, de ferro	7308.30	
08. Ferragens para portas e janelas, com acabamento de ferro zincado		8302
09. Quadros para medidor de luz monofásico	8538.10.00	
10. Metais sanitários:		
10.1. torneiras de pressão para pia ou lavatório, de cartucho rotativo e sem misturador, com acabamento em metal cromado	8481.80.1	
10.2. registros de pressão ou gaveta	8481.80.1	
11. Fios elétricos de cobre de até 6 mm de diâmetro, isolados para até 750 Volts		8544.11

NOTAS:

1. os produtos estão classificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM;

2. no item 2.5 incluem-se também as conexões soldáveis com um dos lados com rosca ou com bucha de latão;
3. no item 2.7 estão incluídas as válvulas de esgotamento d'água que componham os kits de torneiras;
4. o item 6 compreende somente as cubas simples e as pias dotadas de apenas uma cuba; não incluídos os produtos acompanhados de acessórios, tais como escurredores e trituradores, exceto da respectiva válvula de esgotamento d'água;
5. no item 10 não estão incluídos os acabamentos quando comercializados em separado;
6. no item 10.1 estão incluídas as válvulas de esgotamento d'água que componham os kits de torneiras.